



ANTÔNIO DA SILVA MATOS
TATIANNE FRAGA CORNELIO
WALESKA COELHO SAJNOVISCH DE GOUVEIA

**Territórios Saudáveis e Sustentáveis e Injustiças Socioambientais
no Distrito Federal**

ANTÔNIO DA SILVA MATOS

TATIANNE FRAGA CORNELIO

WALESKA COELHO SAJNOVISCH DE GOUVEIA

Territórios Saudáveis e Sustentáveis e Injustiças Socioambientais no Distrito Federal

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado a Escola Fiocruz de Governo,
como parte das exigências para a obtenção
do título de Especialista em Saúde
Coletiva.

Orientador: Prof. Drº André Luiz Dutra
Fenner

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433t Matos, Antônio da Silva
Territórios saudáveis e sustentáveis e injustiças socioambientais no Distrito Federal / Antonio da Silva Matos, Tatianne Fraga Cornelio, Waleska Coelho Sajnovisch de Gouveia.
-- Brasília, 2018.
66 f. : il.

Orientador: André Luiz Dutra Fenner.
TCC (Pós-Graduação - Especialização em Saúde Coletiva) –
Fundação Oswaldo Cruz, Escola Fiocruz de Governo, Brasília, 2018.

1. Territórios Saudáveis. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Lixão. 4. Catadores de material reciclável. I. Cornelio, Tatianne Fraga. II. de Gouveia, Waleska Coelho Sajnovisch. III. Fenner, André Luiz Dutra. IV. Título.

CDU: 614

Bibliotecária responsável: Caroline Lago de Carvalho Pires CRB-DF 3170

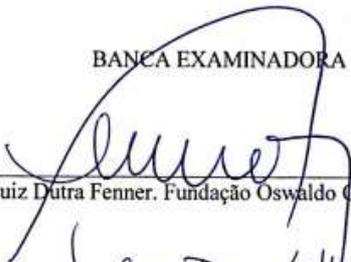
Antonio da Silva Matos
Tatianne Fraga Cornelio
Waleska Coelho Sajnovisch De Gouveia

Territórios saudáveis e sustentáveis injustiças socioambientais no Distrito Federal

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Fiocruz de Governo
como requisito parcial para obtenção do
título de especialista em Saúde Coletiva.

Aprovado em 29/03/2018.

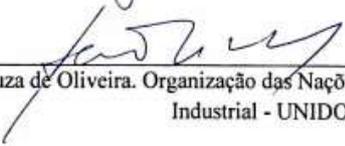
BANCA EXAMINADORA



Dr. André Luiz Dutra Fenner. Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília



Dra. Juliana Wotzasek Rulli Villardi. Fundação Oswaldo Cruz



Dra. Sergia Souza de Oliveira. Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO

Lista de Figuras

Figura 1. Área da Região da Estrutural, DF.....	18
Figura 2. Localização do Lixão, na região da Estrutural, DF.....	20
Figura 3. Registro da Área do Lixão da Estrutural, DF.....	21
Figura 4. Registro da Área do Aterro Sanitário, em Samambaia, DF.....	21
Figura 5. Bairro de Santa Luzia	26
Figura 6. Registro de Visita ao Coletivo da Cidade Estrutural, DF.....	32
Figura 7. Registro do Fórum do Polo de Extensão da UnB, DF.....	32
Figura 8. Registro da Reunião no Palácio dos Buritis, DF (1).....	32
Figura 9. Registro da Reunião no Palácio dos Buritis, DF (2),.....	32
Figura 10. Registro da Expocatadores 2017, DF (1)	32
Figura 11. Registro da Expocatadores 2017, DF (2)	32
Figura 12. Registro da Audiência Pública: situação atual dos catadores (1)	33
Figura 13. Registro da Audiência Pública: situação atual dos catadores (2)	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Contexto	8
1.2	Histórico da Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural	16
1.3	Análise Situacional da Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural	22
1.3.1	Características Gerais	22
1.3.2	Instrução	24
1.3.3	Trabalho e Renda	24
1.3.4	Domicílios	24
1.3.5	Infraestrutura	25
1.3.6	População de Catadores de Materiais Recicláveis	27
2.	OBJETIVOS	28
2.1	Objetivo geral	28
2.2	Objetivos específicos	28
3.	METODOLOGIA	29
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
4.1	Categoria 1: Condições de trabalho e infraestrutura dos galpões	34
4.2	Categoria 2: Benefícios e compensações aos catadores de materiais recicláveis	36
4.3	Categoria 3: Coleta Seletiva no Distrito Federal	37
4.4	Discussão dos dados	37
5.	SITUAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS	42
6.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO	48
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
9.	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	57
10.	APÊNDICE 2 – TCLE	58
11.	ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	62
12.	ANEXO 2 - DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL	65

RESUMO

Introdução: O trabalho promove reflexões por meio de um conjunto de estratégias que compõem a Rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, conduzido pelo processo de territorialidade, promoção da saúde, prevenção de doenças e inclusão social, por meio do desenvolvimento sustentável, participação social e governança intersetorial a fim de promover fortalecimento da cidadania e da qualidade de vida, assim como a redução de problemas relacionados à injustiça socioambiental. Este trabalho busca ampliar as discussões sobre os direitos aos bens ambientais - como o acesso à água -, sobre o direito à saúde - em seu sentido mais amplo -, e sobre os direitos humanos. Assim, analisam-se a integração das ações do Governo Federal e Distrital, as ações de promoção da saúde, a geração e distribuição de renda, a geração de conhecimento e seus acessos, a valorização cultural local e a melhoria da qualidade de vida da população. **Objetivos:** Mapear as ações do Governo do Distrito Federal e percepções dos catadores de materiais recicláveis, frente ao processo de desativação do “lixão da Estrutural”. Desta forma, promover reflexões e sugestões, por meio de estratégias referentes a Territórios Saudáveis e Sustentáveis, a fim de apoiar políticas públicas voltadas para a população de catadores de materiais recicláveis, que visem gerar justiça socioambiental e fortalecimento dos projetos que fomentarão o desenvolvimento saudável e sustentável no Distrito Federal. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, na qual foi realizada revisão de literatura relacionada a Territórios Saudáveis e Sustentáveis, priorizando a análise documental dos registros das atividades de governança, planejamento estratégico do GDF, grupos de núcleos de gestão técnica, ações de participação popular e propostas de governo na construção saudável e sustentável do Distrito Federal. Realizou-se visitas de campo à Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural, Distrito Federal, na perspectiva de uma pesquisa-ação e observacional. A coleta de informações e levantamento de dados relacionados a problemas socioambientais, às necessidades de saúde e a Territórios Saudáveis e Sustentáveis com enfoque no processo de desativação do lixão, pautada na técnica de observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas a atores-chaves. **Resultados e Discussão:** Com vistas a atender o que prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o governo local vem trabalhando o processo de desativação do lixão da Estrutural, desde 2015 até o encerramento das atividades em janeiro de 2018. Observou-se que o processo foi permeado pela questão ambiental e pela questão orçamentária relacionada aos riscos à saúde e vida dos catadores, em que os mesmos apoiam a desativação, desde que, haja a inclusão de todos em condições dignas de trabalho. É levantada a insuficiência de galpões de cooperativas, condições precárias de trabalho, diante da falta de equipamentos e insumos, assim como o atraso do fornecimento de compensação financeira temporária durante transição e o ineficiente sistema de coleta seletiva existente. **Considerações Finais:** A reflexão crítica, intersetorial e multidimensional perante a desativação do “lixão da Estrutural” evidencia a necessidade de ações que colaborem com a implementação de políticas públicas, visando à redução da injustiça socioambiental, o estabelecimento de vínculo de transformações da realidade, a efetividade nos mecanismos de participação, inclusão social e operacionalização em saúde e ambiente.

Palavras-chaves: Territórios saudáveis, desenvolvimento sustentável, lixão, material reciclável.

ABSTRACT

Introduction: The work promotes reflection through a set of strategies that make up the Network of Healthy and Sustainable Territories, driven by the process of territoriality, health promotion, disease prevention and social inclusion, through sustainable development, social participation and intersectoral governance in order to promote the strengthening of citizenship and the quality of life, as well as the reduction of problems related to social and environmental injustice. This work seeks to broaden the discussions on the rights to environmental goods - such as access to water -, on the right to health - in its broadest sense - and human rights. Thus, we analyze the integration of action the Federal and District Government, the actions of health promotion, the generation and distribution of income, the generation of knowledge and its accesses, the local cultural valorization and the improvement of the quality of life of the population. **Objectives:** To raise actions of the Government of the Federal District – GDF and perceptions of recyclable material collectors, facing the deactivation process of the “dumping ground of Structural”. Thus, to promote reflections and suggestions, through strategies related to Healthy and Sustainable Territories, in order to support public policies aimed at the population of collectors of recyclable materials, aimed at generating social and environmental justice and strengthening of projects that will foster healthy and sustainable development in the Federal District. **Methodology:** descriptive study, in which it was carried out literature review related to Healthy and Sustainable Territories, prioritizing the documentary analysis of records of governance activities, strategic planning, groups of nuclei of technical management, actions of popular participation and proposals of government in the healthy and sustainable construction of the Federal District. Field visits were made to the Administrative Region XXV Structural, DF, in the perspective of an action-research and observational. The collection of information and data collection related to socio-environmental problems, health needs and the Healthy and Sustainable Territories focusing on the decommissioning process of dumping ground, based on the participant observation technique and conducting semi-structured interviews with key people. **Results and Discussion:** In order to meet the requirements of the National Solid Waste Policy, GDF has been working the deactivation process of the dumping ground of Structural, from 2015 until the closing of activities in January 2018. It was observed that the process is permeated the environmental issue and risks to health and life of recyclable material collectors, in which they support the deactivation, provided that there is inclusion of all in conditions worthy of work. Is lifted the insufficiency of cooperative sheds, precarious working conditions, given the lack of equipment and supplies, as well as the delay in the provision of temporary financial compensation during transition and the inefficient selective collection system in the DF. **Final Considerations:** Critical, intersectoral and multidimensional reflection on deactivation of the dumping ground of Structural, highlights the need for actions that collaborate with the implementation of public policies, aiming at reducing socio-environmental injustice, establishing a link of transformations of reality, effectiveness in the mechanisms of participation, social inclusion and operationalization in health and environment.

Keywords: Healthy territories, sustainable development, dumping ground, recyclable material.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto

A concepção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis – TSS é conduzida pela produção social das territorialidades, com enfoque na promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável por meio de governança intersetorial e participação social, visando maior acesso à cidadania, preservação ambiental, desenvolvimento econômico e qualidade de vida (GALLO; SETTI, 2014). Da mesma forma, partindo do pressuposto de saúde em seu contexto ampliado, é possível definir o conceito de cidades saudáveis como estratégia a longo prazo para o fortalecimento de ações públicas de promoção da saúde e prevenção de doenças, lançando mão de recursos das próprias comunidades (KZURE-CERQUEIRA et al., 2014).

O conceito de TSS parte do Movimento de Municípios Saudáveis, que chegou na América Latina na década de 1990, e se desenvolveu em alguns estados do Brasil. Tal movimento baseia-se em Políticas Públicas Saudáveis que buscam articular multissetorialmente a criação de ambientes e de condições para a qualidade de vida da população (ADRIANO et al., 2000; BUSS, 2000).

Para Machado et al (prelo, 2018), TSS são espaços relacionais e de pertencimento onde a vida saudável é viabilizada, por meio de ações comunitárias e de políticas públicas, que interagem entre si e se materializam, ao longo do tempo, em resultados que visam a atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais. De acordo com os autores citados, TSS seria a constituição de um conceito que é fruto de uma dialética entre mudanças nas relações de produção e de vida em suas diferentes escalas.

Neste contexto, para Barcellos et al. (2002), a territorialização é um dos pressupostos básicos para caracterização da população e de seus problemas de saúde, bem como avaliação do impacto dos serviços sobre os níveis de saúde da população. Ainda, segundo os autores citados, esse espaço-território vai muito além de um simples recorte político-operacional do sistema de saúde, é *locus* onde se verifica a interação população-serviços em nível local. A territorialização é o



resultado de uma acumulação de situações históricas, ambientais e sociais que promovem condições particulares de risco à saúde e para desenvolvimento de doenças. O conceito de território é tão expressivo, que o Sistema Único de Saúde – SUS se organiza com base em um substrato territorial (RIGOTTO e SANTOS, 2010). Enquanto, Faria (2013) coloca como territorialização em saúde, uma política e uma técnica utilizada para definir territórios de atuação dos serviços. No Distrito Federal, território de análise e intervenção desse trabalho, normalmente as ações em saúde também são planejadas e analisadas reagrupando as Regiões Administrativas em Regiões em Saúde.

Para Westphal (2013), diante do cenário mundial de dinâmica da globalização, acompanhadas pela evidente urbanização e formação de novas fronteiras geográficas, econômicas e sociais aliados, ainda, ao surgimento de conflitos das mais diversas naturezas, torna-se primordial a discussão do acesso à qualidade de vida nos territórios. Logo, a globalização traz de volta a valorização do território (SANTOS, 2000). Justificando-se assim a importância em destacar, neste contexto, o movimento por cidades sustentáveis e saudáveis.

Movimento este, que tem trajetória marcada por constantes transformações que abrem espaço para que questões como pobreza, violência, meio ambiente, produção local, geração de renda e estilos de vida venham a ocupar cada vez mais as agendas locais, inclusive nos grandes centros, evidenciando a participação de diversos atores e contextos, que extrapolam o setor saúde (MAGALHÃES et al; 2014; AKERMAN et al; 2014).

Neste contexto, podem ser destacadas as emergências da problemática ambiental, com a atuação de pesquisadores e organismos não governamentais. Ao revisar o processo histórico, destaca-se cronologicamente a realização da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, no ano de 1972, e a construção do Relatório de Brundtland, com a definição do conceito de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras”. Logo em seguida, a realização da Declaração de Alma-Ata (1978), com documento apresentado na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada no Cazaquistão em

1978, que ganha foco diferenciado com a discussão dos Determinantes Sociais em Saúde – DSS. E é a partir daí que se traz a definição dos DSS como fatores sociais, econômicos, culturais, ético-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população (BUSS; PELLEGRINI, 2007).

De acordo com Sperandio et al. (2004) a Declaração de Alma-Ata (OMS,1978) ratificou a saúde como sendo um estado de completo bem-estar físico, mental e social, reconhecendo-a como objetivo social importante, proporcionando novos caminhos para as políticas de saúde e delineando a importância da participação comunitária e a cooperação entre diferentes setores da sociedade (WHO, 1986).

A Carta de Ottawa (1986), documento apresentado na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, define que a boa saúde é um recurso importante para o desenvolvimento, individual, social e econômico, ainda sendo de suma importância para o processo da melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. Isto é, a promoção da saúde passa por um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, adicionando a importância do impacto social, econômico, político e cultural e propondo estratégias intersetoriais.

Por conseguinte, as diferenças de saúde entre grupos humanos não podem ser justificadas por fatores biológicos; pelo contrário, as diferenças de saúde são resultados de hábitos e comportamentos construídos socialmente, principalmente, de fatores que estão fora do controle direto do indivíduo ou do grupo (SOUZA et al; 2013). Nesse sentido, para Whitehead (2000), a investigação dos fatores individuais é importante para a identificação dos indivíduos mais vulneráveis dentro do grupo. De acordo com o autor citado, são as desigualdades entre classes que possuem maior determinação no processo saúde-doença, principalmente na produção das iniquidades de saúde. Para tanto, em 1987 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas em que se define o tripé básico no qual se apoia a ideia de desenvolvimento sustentável: atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade.



De acordo com Rigotto e Santos (2010) é necessário sair da concepção hegemônica de saúde, assentada na centralização do modelo médico-assistencial e hospitalocêntrico que ainda se faz presente e concorre fortemente no processo de construção do Sistema Único de Saúde – SUS.

Por isto, Buss et al. (2012) colocam como imperativo considerar os determinantes sociais e ambientais da saúde, as ações intersetoriais e a governança. Governança esta para quem almeja alcançar os melhores resultados em termos de desenvolvimento sustentável, saúde e ambiente. Para tanto, a Organização das Nações Unidas – ONU, em 2000, por meio da Cúpula do Milênio adotou a Declaração do Milênio e os Objetivos do Milênio – ODM das Nações Unidas.

Os ODMs consolidaram as conferências anteriores a formalizaram o comprometimento dos países desenvolvidos com o aporte de 0,7 % do PIB em “ajuda para o desenvolvimento”, assim como a atuar no alívio da dívida, no comércio e no acesso a tecnologias dos países em desenvolvimento procurando, desta forma, reduzir as iniquidades existentes entre as regiões do globo e entre os países (BUSS et al; 2012).

Para Buss et al. (2012), os ODM omitem as causas estruturais dos modos de produção e consumo e da distribuição desigual de poder, que são as produtoras das iniquidades e impedem o verdadeiro desenvolvimento. Nesta perspectiva, segundo os autores, estes, se restringem a estimular ajudas dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento.

Observa-se que nos últimos anos ocorreram alguns eventos voltados para as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável. Em 2002, aconteceram a Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável Rio +10. Esses eventos foram seguidos por outros, como a Cúpula do Milênio II, realizado em 2005, a Cúpula do Milênio III, realizada em 2010, Rio +20, em 2012 e, no ano de 2015, o lançamento da resolução da ONU intitulada “Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 e Desenvolvimento

Sustentável”, a qual aborda dimensões do desenvolvimento sustentável, com destaque para a premissa social, econômica e ambiental (ONU, 2015).

Dentro dessa concepção de territórios saudáveis e sustentáveis destaca-se a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, todas orientadas numa perspectiva universal, de forma integrada e transformadora da realidade por um mundo melhor. Os ODS foram levantados, de maneira participativa, levando em consideração a experiência realizada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, responsável por avanços significativos no processo de promoção do desenvolvimento humano entre os anos de 2000 e 2015, gerando melhoria na qualidade de vida na população brasileira (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, é preciso pensar em desenvolvimento sustentável e na sustentabilidade social, ambiental e econômica como pilares do desenvolvimento econômico, com justiça social, sendo este um dos grandes desafios para as próximas gerações, conforme agenda mundial para o desenvolvimento sustentável para as próximas décadas (GALLO et al; 2014). Assim, para o desenvolvimento sustentável merecem destaque os indicadores e os determinantes sociais da saúde, assim como o acesso a água, energia, alimentação, ao meio ambiente equilibrado, ar puro, entre outros; fatores como paz, iniquidade, mudança climática, cidades limpas e o uso de novas tecnologias para melhorar o processo de produção contra hegemônico, com destaque para o modelo de produção agroindustrial.

Destaca-se também, neste cenário, o processo de consumo responsável gerador de contribuições para o desenvolvimento sustentável e para a sustentabilidade, pois uma das grandes lacunas da sustentabilidade está na relação de produção e consumo exacerbado de bens e produtos materiais, muitos oriundos de fontes não renováveis.

Na contramão da sustentabilidade ou dos territórios saudáveis, está a questão da produção agrícola baseada na monocultura, caracterizada por grandes devastações de florestas e danos ambientais, gerando desequilíbrio ambiental ao devastar áreas de vegetações nativas e ocupar grandes extensões de terras. Além

disso, este tipo de agricultura faz uso de agrotóxicos, produtos altamente danosos ao meio ambiente e a saúde humana, com potencial para contaminar o ar, o solo e a água, destruir a fauna, a flora e o meio ambiente, em geral, com degradação do lençol freático e das águas subterrâneas (MATOS, 2013). Cabe ainda destacar que, esses contaminantes químicos também são utilizados no meio ambiente urbano, principalmente nas campanhas de saúde pública de combates a mosquitos transmissores de doenças como dengue, febre amarela, chikungunya, entre outras, gerando desequilíbrio ambiental e representando elevado risco à saúde humana (OPAS, 1997).

Diante do fato de que a estratégia dos Municípios Saudáveis se amplia como uma rede de municípios e iniciativas governamentais e institucionais, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz entende o conceito de TSS, incluindo o meio urbano e rural, como concepção que vem se consolidando como uma nova institucionalidade social, política e acadêmica. Em especial ao compreender o movimento das Redes de Municípios e Comunidades Saudáveis como importante ator no fortalecimento de ações de promoção da saúde, com enfoque em estratégias intersetoriais sustentáveis em âmbito local.

A Fiocruz, vinculada ao Ministério da Saúde, é a instituição de maior destaque em ciência e tecnologia em saúde da América Latina e a principal fundação não-universitária de formação e qualificação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde – SUS no Brasil. A Fundação, representa papel crucial no processo de construção de TSS, uma vez que vem desenvolvendo propostas relevantes em âmbito nacional a respeito, nos diversos contextos regionais, pautadas na participação da sociedade civil, movimentos sociais e do Estado e, levando em conta o desenvolvimento social, urbano e sustentável, bem como o fortalecimento do capital humano e social (AKERMAN et al., 2014).

Os territórios sustentáveis e saudáveis são compreendidos como sendo um processo histórico de construção e enfrentamento de várias e diferentes visões que procuram organizar o processo de produção social no espaço das territorialidades, de forma a atualizar o modo de produção e consumo hegemônicos, fazendo o

enfrentamento contra-hegemônica dos meios de produção e consumo, danoso ao meio ambiente e geradores de equilíbrio dos ecossistemas (GALLO et al; 2014).

Algumas iniciativas capitaneadas pela Fiocruz se destacam nacionalmente, como o projeto “Territórios Sustentáveis, promoção da equidade e da saúde em comunidades tradicionais do Mosaico da Bocaina”, no Rio de Janeiro, coordenado por Edmundo Gallo. Tal experiência, que se desenvolve em território que vem sendo ameaçado pela especulação imobiliária e por empreendimentos turísticos de luxo, traz como marco lógico a Determinação Social da Saúde, na perspectiva comunicativa, estratégica e participativa de governança no território em diálogo permanente com outros atores, construindo redes de solidariedade (FIOCRUZ, 2016). Outro destaque é a existência da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS), constituída por 24 municípios de todas as regiões do estado nordestino (MOYSÉS, SÁ, 2014; FREIRE et al, 2016).

O projeto “Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido”, é desenvolvido pela Fiocruz Brasília, no âmbito do Programa Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho – PSAT, que atua no desenvolvimento de projetos estratégicos de apoio à cooperação técnica para o desenvolvimento institucional, relacionados à vigilância em saúde ambiental e à saúde do trabalhador, na perspectiva da promoção da saúde. Este Projeto destaca-se como iniciativa que parte das ações previstas no Projeto de Cooperação entre Fiocruz e Funasa para o desenvolvimento de ações de saneamento ambiental, cujo principal objetivo é apoiar o desenvolvimento e a aplicação do conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Região do Semiárido brasileiro, a partir da identificação, articulação e avaliação das agendas sociais territorializadas (FIOCRUZ, 2016).

Partindo deste pressuposto, no contexto de desenvolvimento de políticas públicas socioambientais para o território do DF, a Fiocruz Brasília vem investindo em pesquisas em parceria com GDF que contribuam para a promoção da saúde, prevenção de doenças e inclusão social, por meio do desenvolvimento sustentável, do fortalecimento da participação social, da cidadania e qualidade de vida.



Trabalhar com Território Saudável Sustentável no Distrito Federal, como se propôs este trabalho, é trabalhar com os princípios básicos dos determinantes sociais em saúde, ou seja, é assumir a promoção da saúde, a vigilância em saúde, vigilância ambiental e à saúde do trabalhador com efetiva troca de saberes e práticas, com envolvimento da comunidade, com governança intersetorial promovendo a autonomia e o empoderamento das comunidades. Inclui, também, programas de desenvolvimento regional com critérios de equidade, reduzindo a pobreza, vislumbrando propiciar espaço de diálogo e construção de ações que apoiem o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável, com ênfase no território do Distrito Federal, visando minimizar os danos e garantir a qualidade de vida da população atual e gerações futuras.

E nesta perspectiva, em 2017, a Fiocruz assinou o Acordo de Cooperação Técnico-Científica nº 71/2017 (Anexo 2) com a Secretaria de Estado de Saúde do DF e a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS, conforme convênio publicado no Diário Oficial da União, nº116, no dia 20 de junho. Tal acordo visa executar diversas ações de saúde, tendo como um dos objetivos desenvolver projetos para fomentar o desenvolvimento saudável e sustentável da Região Integrada do desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, no âmbito do complexo produtivo da saúde e elaboração de cenários para o fortalecimento do campo da ciência e tecnologia em saúde. No contexto deste Acordo de Cooperação, justifica-se também a realização do presente trabalho voltado para a promoção da saúde, prevenção de doenças, vigilância em saúde ambiental e à saúde do trabalhador com um recorte para os catadores de materiais recicláveis do “Lixão da Estrutural”, no Distrito Federal.

Ainda nessa perspectiva, se problematiza a relação que envolve questões relacionadas às desigualdades socioambiental, econômica e social.

Traz-se, então, a seguinte hipótese de pesquisa: A reflexão crítica, intersetorial e multidimensional da comunidade de catadores de materiais recicláveis do lixão da Estrutural, perante o atual processo de desativação de suas atividades, que poderá propiciar a expansão das ações que contribuirão com o Acordo acima

citado, com o fortalecimento do SUS e com o apoio às políticas públicas no âmbito do Distrito Federal.

Este estudo tem como base de investigação a Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural /DF, área esta que apresenta indícios de grande vulnerabilidade social, haja vista que nela encontra-se o maior lixão a céu aberto da América Latina e que, apesar de estar em fase de desativação, ainda é o local de referência para o sustento de muitas famílias de catadores de materiais recicláveis.

1.2 Histórico da Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural

A ocupação da Estrutural se deu em uma área pública, a partir da chegada e instalação dos catadores de materiais recicláveis, e que não possuíam moradia própria. A ocupação da área da Cidade Estrutural teve seu início nos anos 70, quando cerca de 130 pessoas se instalaram ao lado do lixão, em moradias precárias construídas com material retirado do próprio Lixão (BARBOSA, 2006). Desta forma, a origem da Cidade Estrutural ocorre com a ocupação dos catadores de resíduos sólidos e materiais recicláveis, que construíram os barracos próximos ao “Lixão do Jóquei Clube de Brasília”, conhecido como Lixão da Estrutural, maior depósito de resíduos sólidos a céu aberto da América Latina, e que se encontra em fase final de desativação.

Em 1989, foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, sede da Administração do Bairro Estrutural. Na época, se previa a remoção da invasão, para outro local no Distrito Federal, no entanto, no início dos anos 90’ a pressão política por moradia se ampliou e aquele conjunto habitacional formado por barracos se transformou na “Invasão da Estrutural”, que se ampliou cada vez mais, e posteriormente foi transformada na “Vila Estrutural” pertencente à Região Administrativa do Guará.

Em janeiro de 2004 a Lei nº 3.315 criou o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, que foi transformado em Região Administrativa XXV, e a “Vila Estrutural” passou a ser a sede urbana (ANUÁRIO DO DF, 2014; CODEPLAN, 2016).



Historicamente a consolidação da ocupação da Região Administrativa XXV se deu pela busca por moradias, disputas políticas de cunho eleitoral e por interesses econômicos devido à valorização da terra, o que levou políticos a patrocinar a ocupação e conseqüentemente incentivar a população continuar no local.

Em 1997, o governo do Distrito Federal se dispôs a terminar com a ocupação da região e transferir os moradores para outras regiões do Distrito Federal. No entanto, políticos se aproveitaram da situação para incentivar ainda mais o processo de invasão, inaugurando igrejas e realizando encontros de cunho político partidário no bairro (MATTOS, 2011).

Desde sua criação as dificuldades e problemas na Vila Estrutural não foram poucas, com disputas políticas, ações judiciais e confrontos com a polícia.

Quanto aos problemas locais, até os dias atuais a região apresenta sérios problemas de infraestrutura e de saneamento básico, apresentando risco à saúde humana e ao meio ambiente, em especial devido ao convívio diário com o lixão a céu aberto e por estar ao lado de área de tubulações de gás e gasolina, o que coloca em risco permanentemente a população, seja por acidente por contaminantes biológicos, químicos, físicos, resíduo sólido perfuro cortantes ou por desastres com produtos perigosos. Destaca-se que, a Cidade Estrutural fica a 15 km do centro de Brasília, Capital Federal do Brasil, o que a torna uma área valorizada na região e, conseqüentemente com alta especulação imobiliária, aumento no valor dos imóveis e, assim aumentando a dificuldade para os moradores conseguirem a casa própria.

A figura 1 apresenta a Região Administrativa SCIA/Estrutural, no DF, incluindo a ocupação do setor de chácaras Santa Luzia na parte superior direita da imagem, e a área de invasão mais recente na região, em destaque na cor roxo.

Figura 1. Área da Região da Estrutural, DF.



Fonte: Agefis, 2016.

O quadro 1 apresenta fatos históricos sobre o processo de ocupação da Vila Estrutural e do maior Lixão das Américas, levantados por Muneton (2013) e atualizados pelos autores do presente estudo, em relação ao período de 2013 a 2018.

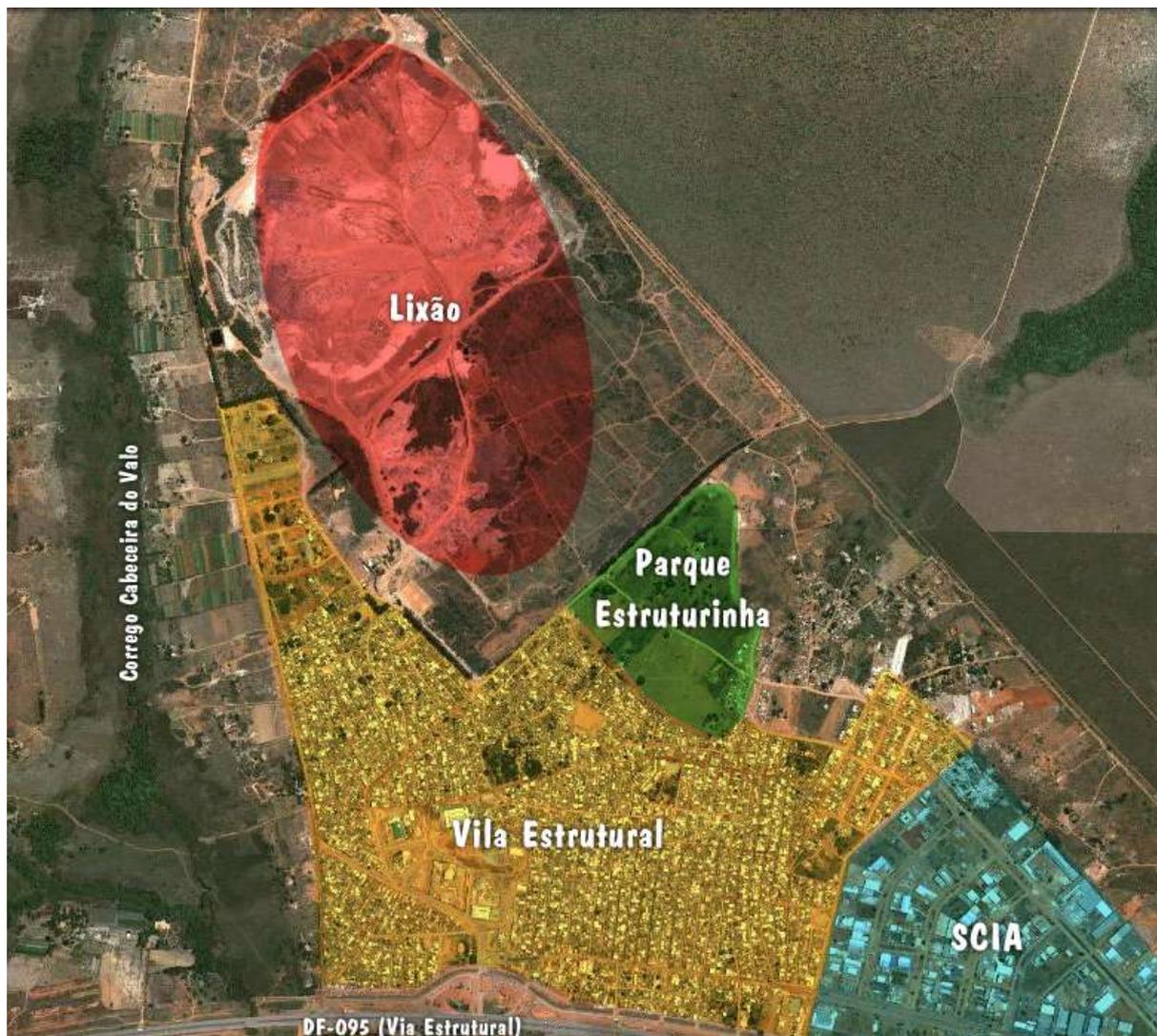
Quadro 1 – Apanhado histórico da Região Administrativa SCIA/Estrutural, DF.

Cronologia histórica de ocupação da Vila Estrutural	
1957	Processo de expropriação das terras, antiga Fazenda Bananal.
1961	Criação do Parque Nacional de Brasília (PNB), decreto nº241/1961.
1973	Governo Hélio Prates. Depósito de lixo e entulho em uma área pertencente ao PNB.
1975	Governo Elmo Serejo Farias. Constituição do lixão. Primeiros Barracos.
1978	Ampliação da área de depósito de lixo. Surgimento de novos loteamentos, aproximadamente 150 pessoas. Construção da Estrada Parque Ceilândia – Via Estrutural.
1986	Governo José Aparecido de Oliveira. Ampliação da área de depósito de lixo na direção norte. Surgimento de novos barracos.
1991	Governo Joaquim Domingo Roriz (2º Mandato). Nova Ampliação do lixão para o norte. Novos loteamentos e adensamento das áreas previamente ocupadas. Aproximadamente 1500 pessoas.
1993	393 famílias são cadastradas no assentamento.
1994	700 famílias cadastradas na época.
1997/2009	Governo Cristovam Buarque. O lixão atinge nível máximo de capacidade. Crescimento das áreas ocupadas. Surgimento de uma nova ocupação: setor de chácaras Santa Luzia. Intervenção de alguns grupos políticos na Vila. Conflitos sociais: ações de remoção na área.
2000/2003	Governo Joaquim Roriz (3º Mandato). Continuação do depósito de lixo. Consolidação do assentamento, população de 25.000 habitantes. Criação do SCIA. Intervenções do GDF, pavimentação, serviços básicos em algumas quadras.
2004	Estudo de Impacto Ambiental. Criação da RA XXV SCIA, “cidade do automóvel” e Vila Estrutural.
2005	Projeto Integral da Vila Estrutural, GDF – Banco Mundial. Secretaria do meio ambiente decreta desativação do lixão.
2006	Governo Joaquim Roriz Classificação como ZEIS – Zona Especial de interesse social. Lei 530/2002.
2007/2010	Governo José Almeida Arruda. Investimento do PAC - GDF para urbanização e reassentamento de famílias. Aumento do assentamento do Setor de Chácaras Santa Luzia. Conflitos sociais remoção de moradores.
2011/2013	Governo Agnelo Queiroz Vila Olímpica e o projeto habitacional perto do lixão. Conflitos advindos da possível desativação do lixão.
2014/2015	Governo Rodrigo Rollemberg. SLU apresenta diagnóstico da situação do Lixão da Estrutural. Institui Grupo de Trabalho Plano de encerramento das atividades do lixão. Lança programa para catadores do lixão. Nota técnica 015/2015 da Câmara Legislativa do DF.
2016	GDF institui o Programa de Desativação do lixão. Conflitos sociais: advindos do processo de desativação do lixão.
2017	Aproximadamente 2.500 catadores sobrevivendo do lixão. Adesão de parte dos catadores às cooperativas. Conflitos sociais: advindos do processo de desativação do lixão.
2018	Desativação do lixão da Estrutural. Conflitos sociais: advindos do fechamento do lixão.

Fonte: Quadro produzido por MUNETON ORREGO, 2013; atualizado pelos autores, 2018.

A figura 2 destaca a localização do “Lixão da Estrutural”, na Região Administrativa SCIA/Estrutural, no Distrito Federal.

Figura 2. Localização do Lixão, na Região Administrativa SCIA/ Estrutural no DF.



Fonte: Amigos das Veredas, 2010.

A figura 3 apresenta registro da área do Lixão da Estrutural, enquanto a figura 4 registra o primeiro aterro sanitário do Distrito Federal, localizado na Região Administrativa de Samambaia, DF.

Figura 3. Registro da Área do Lixão da Estrutural, DF.



Fonte: SLU, 2016.

Figura 4. Registro da Área do Aterro Sanitário, em Samambaia, DF.



Fonte: SLU, 2016.

1.3 Análise Situacional da Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural

1.3.1 Características Gerais

As informações quanto às características Gerais da Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural são representadas na Tabela – 1, que apresenta a distribuição por sexo, idade, raça, estado civil e naturalidade da população da Cidade Estrutural em números absolutos e percentuais, segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, cuja coleta dos dados foi realizada no ano de 2015, e o material publicado em 2016 (CODEPLAN, 2016).

Tabela 1 – Distribuição populacional por sexo, idade, raça, estado civil e naturalidade da Região Administrativa SCIA/ Estrutural – DF.

	N	%
Sexo		
Masculino	18.651	47,80
Feminino	20.364	52,20
Grupo etário		
0 a 4 anos	3.188	8,17
5 a 9 anos	3.228	8,27
10 a 14 anos	4.483	11,49
15 a 18 anos	4.404	11,29
19 a 24 anos	4.902	12,56
25 a 39 anos	8.728	22,37
40 a 59 anos	8.090	20,74
60 a 64 anos	697	1,79
65 anos ou mais	1.295	3,32
Cor/raça		
Branca	10.282	26,35
Preta	4.324	11,08
Parda	24.409	62,56
Amarela	0	0,00
Indígena	0	0,00
Não sabe	0	0,00
Estado civil		
Solteiro	13.210	33,86
Casado/ união estável	14.068	36,06
Divorciado/separado	1.056	2,71
Víuvo	877	2,25
Naturalidade		
Distrito Federal	18.551	47,55
Outra UF	20.464	52,45
Total	39.015	100,00

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural – PDAD 2015, publicado em 2016.

A partir dos dados revelados na Tabela 1, nota-se que a Região Administrativa SCIA/Estrutural tem uma população urbana estimada em 39.015 habitantes, na sua maioria feminina com mais de 52%, o que condiz com a média geral do Distrito Federal que, segundo a Codeplan (2016), possuía uma população estimada de mulheres de cerca de 52%. Tal situação é observada em todas as Regiões Administrativas, com exceção do Park Way e do Setor de Indústria e Abastecimento, onde a maioria da população é constituída por homens.

Enquanto ao grupo etário, a Codeplan (2016), observa-se que a maioria das pessoas apresenta idade entre 20 e 59 anos. Destaca ainda, que as crianças entre 0 e 14 anos são encontradas principalmente nas regiões recém-criadas e de baixa renda, como a região da Estrutural, que apresenta um percentual de 27,9% de crianças. Assim como a representatividade de jovens entre 15 a 24 anos encontra-se percentualmente significativa nessa região, se comparada com outras Regiões Administrativas do DF, em um percentual de 23,8% da população, outra região que apresenta esse perfil é o Varjão com 24,7% de jovens. Já em relação aos idosos, estes se encontram em maior percentual nas regiões tidas como mais consolidadas, como Lago Sul, com 34,0%, seguido pelo Lago Norte, com 25,0%, enquanto como observado na tabela 1 o percentual de idosos residentes na Regional SCIA/Estrutural representa 5% da população.

A tabela 1 revela que a grande maioria da população da Região Administrativa SCIA/Estrutural se considera da cor parda, sendo 62,5%, assim como em outras regiões com menor poder aquisitivo. A Codeplan (2016) ressalta ainda que a média percentual da população da cor preta no Distrito Federal como um todo é de 5,7%, e que na região da Estrutural, pessoas desta cor representam 11,0% da população. Em contrapartida, nas regiões de maior renda prevalece o percentual de pessoas da cor branca, como é o caso do Lago Sul, com 69,5%.

Quanto ao estado civil, 36,6% se declaram casados e 33,86% solteiros. Outro aspecto interessante observado a partir dos levantamentos da Codeplan (2016) é que em relação ao estado civil da população, a união estável apresenta percentual mais representativo nas regiões de menor poder aquisitivo, incluindo a Regional SCIA/Estrutural, representando 26,4% da população, enquanto os casados representam aproximadamente 9,6%.

Ao desagregar a naturalidade por Regiões Administrativas, os dados da Codeplan (2016) revelaram que nas regiões de maior renda prevalece a população provinda da região Sudeste do país, como é o caso do Lago Sul, que apresenta 50,2% da população imigrante sendo dessa região. Enquanto que nas regiões de menor poder aquisitivo, a região Nordeste aparece como mais representativa, como no SCIA/Estrutural, onde 70,1% dos oriundos de outras regiões do país são nordestinos, lembrando que o percentual total de residentes na região da Estrutural que são naturais de outros estados é de aproximadamente 52,4% da população, para 47,5% de nascidos no DF.

1.3.2 Instrução

Quanto ao nível de escolaridade, a maioria da população da Região Administrativa SCIA/Estrutural, 45,21% tem ensino fundamental incompleto, 2,55%, são analfabetos e 7,77% das crianças maiores de 6 anos estão fora da escola, e dentre as crianças entre 5 e 6 anos, 18% não frequentam escola (CODEPLAN, 2016).

1.3.3 Trabalho e Renda

Segundo dados da Codeplan (2016), em relação à ocupação dos moradores, observa-se que entre os maiores de 10 anos de idade, 49,27% apresenta atividades remuneradas, enquanto 9,60% estão desempregados e 23,96% são estudantes. A região é marcada por uma renda *per capita* de R\$ 521,80 e o coeficiente de Gini de 0,366 no ano de 2015, apresentando um aumento de desigualdade social em relação a 2013 e 2011, onde o coeficiente era representado pelos valores 0,354 e 0,318, respectivamente. Ainda segundo dados da Codeplan (2016), o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família é 3.241, num universo populacional de 38.429 habitantes.

1.3.4 Domicílios

Em média, a Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural tem um total de 9.813 domicílios sendo que 92% da população moram em casas. Essa região não tem apartamentos e 7% moram em barracos, cômodos ou quitinetes. Quanto à condição de ocupação, 85,40% dos domicílios são próprios, destes, 83,40% são próprios em local de invasão, enquanto os alugados representam 11% e os cedidos

são 4%. Entretanto verificou-se que os dados oficiais divulgados pela Codeplan (2016) não consideram as áreas de invasão do Setor das Chácaras Santa Luzia que, segundo informações não oficiais, chegam a aproximadamente 12.000 habitantes que não são assistidos e não são considerados para efeito de construção de políticas públicas.

1.3.5 Infraestrutura

A região ainda apresenta diversos problemas quanto à infraestrutura, à organização e ocupação socioespacial da terra, entre eles, destacam-se os problemas de saneamento básico e socioambiental, além de problemas em áreas estratégicas para o setor saúde, como o acesso a saúde, educação e segurança.

A região conta com quatro (4) escolas públicas, uma (1) biblioteca comunitária, uma (1) praça central com dois (2) Pontos de Encontro Comunitário – PEC, onde se realizam atividades, como o projeto Eco-classe, que oferta oficinas de artesanato envolvendo reciclagem de materiais, e Saúde na Praça.

A região possui cinco (5) postos de saúde e um (1) Centro de saúde, uma (1) Delegacia da Polícia Civil – 8ª DP, um (1) Centro olímpico, (um) 1 Centro de Assistência Social – CRAS, (um) 1 Conselho tutelar, um (1) Centro de cultura, que hoje abriga pessoas em situação de rua, e um (1) restaurante comunitário (ANUÁRIO DO DF, 2014).

Quanto ao acesso aos serviços de água, esgoto e energia pela população as condições são boas, pois de acordo com dados divulgados pela Codeplan em 2016, 97% da população da Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural tem acesso à água, 100% tem acesso aos serviços de energia e 92% tem acesso aos serviços de esgoto. Nos domicílios desta Região, 94,80% contam com serviços de limpeza urbana. Destes, 67% não têm serviço de coleta seletiva e 3,80% dão outro destino ao lixo.

No entanto, esses dados não incluem os cerca de 12.000 habitantes do Bairro de Santa Luzia, invasão desconsiderada para efeito de dados estatísticos oficiais quanto ao acesso às políticas públicas, e que vivem em total estado de

vulnerabilidade, totalmente desassistidas dos serviços públicos de infraestrutura básica residencial.

Diante da infraestrutura aqui descrita, percebe-se ainda uma presença ineficiente e mínima do Estado quando olhamos para os dados oficiais, ou seja, sem a inclusão desses 12.000 habitantes negligenciados do Bairro de Santa Luzia. Esse bairro, limítrofe ao Parque Nacional de Brasília, demonstra uma vulnerabilidade extrema bem como risco eminente de incêndios, em função dos barracos de Madeirit, com milhares de instalações clandestinas de luz e sem condições mínimas de infraestrutura. Além disso, essa população se estabeleceu sobre o lixo, tendo o gás metano, produzido no solo devido à degradação do lixo enterrado, já tendo provocado o fechamento da Escola Classe 1, em 2012, pela Defesa Civil. Uma verdadeira tragédia anunciada que pode ser desencadeada por uma simples guimba de cigarro.

Figura 5. Bairro de Santa Luzia.



Fonte: Pedro Ladeira. FolhaPress, 2015.

1.3.6 População de Catadores de Materiais Recicláveis

Segundo o INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos (2016), os catadores de materiais recicláveis exercem profissão valiosa e são responsáveis por cerca de 90% de todo o material reciclado no DF. São trabalhadores que exercem um papel social fundamental e precisam ser valorizados pelo serviço público que prestam. Contudo, de acordo com o levantamento feito pelo Instituto, eles vivem em condições precárias.

O INESC identificou 2.816 catadores/as na região em 2016, a maioria na Cidade Estrutural, que trabalhavam e viviam da atividade de reciclar material no já citado lixão da cidade. De acordo com esses dados, 61% são mulheres, 72% são negros, 68% são adultos de 29 a 59 anos e oriundo de outros estados, especialmente do Nordeste (INESC, 2016).

A população de catadores de materiais recicláveis apresenta baixo nível de escolaridade, somente 20% declara ter o ensino médio completo, e ganham mal e trabalham em condições precárias. Cerca da metade do total de catadores trabalha mais de 8 horas/dia e um terço encontra-se registrado no Cadastro Único de Programas Sociais. Pouco mais de um quinto recebe o Bolsa Família, e a maioria absoluta não contribui com a Previdência Social, não tendo, portanto, acesso à aposentadoria ou pensão, e a licenças maternidade e paternidade, entre outros.

E mesmo quando inseridos em cooperativas, segundo Anjos e Ferraz (2013), a remuneração dos cooperados ainda é baseada na produtividade de material reciclado. Isso, de acordo com os autores citados, na prática, implica em dizer que, para aumentar a produção normalmente o cuidado com a saúde acaba sendo negligenciado pelos trabalhadores, que ignoram os sinais e sintomas de doenças muitas vezes oriundos da exposição e da rotina do próprio trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Promover reflexões e propor o desenvolvimento de ações para apoiar políticas públicas voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças em catadores de materiais recicláveis, frente ao processo de desativação do “Lixão da Estrutural”, no Distrito Federal, a fim de analisar, discutir e fortalecer o Território Saudável e Sustentável.

2.2 Objetivos específicos

- Levantar as percepções do GDF quanto ao processo de desativação do lixão e acolhimento dos catadores de materiais recicláveis;
- Mapear as percepções e necessidades das populações catadoras de materiais recicláveis quanto ao processo de desativação do lixão e suas implicações;
- Elaborar proposta de aplicação, na forma de um curso livre, conjuntamente com a população de catadores de materiais recicláveis, quanto aos princípios de promoção da saúde e prevenção de doenças, permeando-se pela Educação Popular em Saúde e pelos indícios levantados no estudo;
- Promover reflexões, afim de propor ações que visem gerar a justiça socioambiental e fortalecer os processos sustentáveis, tendo em vista a “agenda 2030” dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e que possam contribuir de forma estruturante e transversal com o planejamento estratégico do Governo Distrital e com a situação de vida dos catadores de materiais recicláveis.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada no período de agosto de 2017 a março de 2018. Foi elaborada a revisão de literatura sobre Territórios Saudáveis e Sustentáveis, bem como foi realizada a análise documental dos registros das atividades de governança, do planejamento estratégico do GDF, atuação de grupos de núcleos de gestão técnica, ações da participação popular e propostas de governo, descritas no termo na construção de territórios saudável e sustentável do Distrito Federal, especialmente quanto ao processo de desativação do “lixão da Estrutural” e estruturação de outro processo de organização de coleta produtiva da reciclagem.

O trabalho foi pautado também por uma pesquisa-ação, que possui caráter participativo, uma vez que promove interação entre pesquisadores e membros representativos do público-alvo. Sendo assim, centrado na intervenção planejada dos sujeitos diante de uma dada realidade (VERGARA, 2005).

Desta forma, realizaram-se visitas de campo à Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural no Distrito Federal, para a coleta de informações e levantamento de dados, utilizando-se da técnica de observação participante, e realização de entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários, representantes de cooperativas, representantes da população de catadores de materiais recicláveis, bem como atores governamentais, envolvidos no processo de desativação do lixão e transição para no aterro sanitário de Samambaia, DF.

A amostragem se deu por conveniência e levando-se em consideração informantes-chaves, em um total de cinco (5) participantes, incluindo catadores de materiais recicláveis, representantes de cooperativas e representantes de órgãos governamentais do GDF.

Para obtenção das informações, foi utilizado roteiro de entrevista semiestruturado elaborado pelos autores (Apêndice 1), a fim de nortear o diálogo, por meio de um roteiro de questões que permitiram uma abordagem flexível e a ampliação dos questionamentos à medida que o entrevistado fornecia as

informações (BELEI et al; 2008). As entrevistas foram realizadas mediante o consentimento dos participantes, tendo sido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, incluindo termo de áudio e imagem (Apêndice 2) devidamente esclarecido e assinado em duas vias pelo participante, pelos pesquisadores e pelo orientador da pesquisa. Para melhor registro das visitas de campo, os autores lançaram mão também do uso de diário de campo e de registros de imagem.

O trabalho proposto foi executado após análise e parecer favorável do CEP Fiocruz Brasília (Anexo1), sendo cadastrado na Plataforma Brasil, sob CAAE: 79478317.8.0000.8027, de acordo com a Resolução CNS nº 466/12, que normatiza pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Os resultados da pesquisa poderão ser utilizados ainda na publicação de trabalhos científicos. Os pesquisadores assumiram a total responsabilidade de não apresentar e publicar quaisquer dados que comprometam o sigilo da participação dos integrantes.

Para análise das informações coletadas mediante as entrevistas semiestruturadas, seguiu-se a técnica de Análise de Conteúdo, adotando os pressupostos propostos por Bardin (2009), seguindo as seguintes fases de análise: Pré-Análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados. Tal perspectiva leva em consideração um primeiro momento, caracterizado pela escolha dos documentos e leitura flutuante dos relatos, onde se previu a preparação do material para uma segunda etapa, que se consistiu em uma leitura e transcrição mais detalhada e atenta, sendo destacados trechos codificados das entrevistas conforme o objetivo e assunto abordado na pesquisa, e os aspectos levantados pelos participantes.

A partir dos conteúdos evidenciados, propôs-se, então, a especificação de categorias por meio do agrupamento das respostas por semelhança de conteúdo. As categorias foram criadas mediante a análise posterior dos discursos. A última etapa se caracterizou pela interpretação das informações produzidas nos relatos dos sujeitos em articulação ao referencial teórico e o objetivo do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento do estudo, os pesquisadores realizaram seis (6) visitas de campo à Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural e em outras localidades no Distrito Federal, incluindo eventos e reuniões, envolvendo o GDF e a população de catadores de materiais recicláveis, quanto ao processo de desativação do “Lixão da Estrutural”. Tais ações ocorreram entre os meses de agosto de 2017 a março de 2018, tendo o diário de campo como forma de registro de pesquisa. Nesta perspectiva, o quadro 2 apresenta as visitas de campo e as atividades acompanhadas pelos autores, no desenvolvimento do presente trabalho.

Quadro 2 – Visitas de campo e eventos ocorridos no período 2017/2018, DF.

Visitas de campo e eventos acompanhados pelos autores durante estudo	
Agosto/2017	Visita de campo à Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural, DF: Coletivo da Cidade Estrutural: Instituição não governamental que desenvolve ações socioeducativas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
Setembro/2017	Fórum do Polo de Extensão da UnB: Apresentação de projetos e pesquisas desenvolvidas na Cidade Estrutural, realização de escuta das demandas e devolutivas à comunidade. Auditório do Centro Comunitário da Cidade Estrutural – CREAS
Outubro/2017	Reunião no Palácio dos Buritis sobre a desativação do Lixão da Estrutural: GDF e catadores de materiais recicláveis
Dezembro/2017	Exocatadores 2017, Encontro Nacional: Centro de Convenções Ulysses Guimarães.
Março/2018	Audiência Pública: Debate a atual situação das catadoras e catadores do DF: Auditório da Câmara Legislativa, DF.
Março/2018	Reunião com a direção do Serviço de Limpeza Urbana SLU, DF.

Fonte: elaboração própria, 2018.

As figuras 5 a 12 apresentam registros das visitas de campo realizadas pelos pesquisadores, mencionadas no quadro 2, incluindo os eventos e as reuniões realizadas no Distrito Federal, a respeito do processo de desativação do lixão, bem como àquelas relacionadas ao reconhecimento da Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural e identificação da atual situação dos catadores de materiais recicláveis no DF.

Figura 6. Coletivo da Cidade Estrutural, DF.



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores, 2017.

Figura 8. Reunião no Palácio dos Buritis, DF.



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores, 2017.

Figura 10. Expocatadores 2017, DF (1).



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores, 2017.

Figura 7. Fórum do Polo de Extensão da UnB, DF.



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores, 2017.

Figura 9. Reunião no Palácio dos Buritis, DF.



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores, 2017.

Figura 11. Expocatadores 2017, DF (2).



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores, 2017.

Figura 12. Audiência Pública: Catadores, DF, 2018(1).



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores, 2018.

Figura 13. Audiência Pública: Catadores, DF, 2018(2).



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores, 2018.

Quanto ao levantamento de informações a respeito do objeto de estudo do trabalho, foram realizadas cinco (5) entrevistas semiestruturadas, no mês de fevereiro de 2018, envolvendo dois (2) representantes da população de catadores de materiais recicláveis, identificados como “C1 e C2”; um (1) representante de Cooperativa de materiais recicláveis, identificado como “C3” e dois (2) representantes do GDF, identificados como “G1 e G2”.

Conforme descrito na metodologia, utilizou-se da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2009), para a sistematização dos resultados referentes às entrevistas realizadas. O conteúdo do material coletado foi distribuído, por meio de categorização não apriorística, ou seja, as categorias criadas emergiram do contexto das respostas dos sujeitos durante o processo de desenvolvimento da pesquisa e não pré-definidas antes da coleta dos dados (CAMPOS, 2004).

Desta forma, após a pré-análise e exploração do material, foram criadas três categorias, após agrupamento das respostas por semelhança de conteúdo, levando-se em consideração os objetivos de pesquisa e os indícios levantados do material estudado. As três categorias criadas foram: 1. Condições de trabalho e infraestrutura dos galpões; 2. Benefícios e compensações aos catadores de materiais recicláveis; 3. Coleta Seletiva no Distrito Federal.

Os pesquisadores compreendem que as análises e interpretações descritas no presente estudo não esgotam todos os aspectos que envolvem o fenômeno estudado, mas podem contribuir para maior entendimento a respeito do processo que permeia a atual desativação do lixão da Estrutural, no DF.

4.1 Categoria 1: Condições de trabalho e infraestrutura dos galpões

Quanto as percepções relacionadas às condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, e a infraestrutura dos galpões que alojam as Cooperativas, perante o atual fechamento do lixão da Estrutural, no DF, referentes à categoria 1 deste trabalho, destacam-se as seguintes informações relevantes:

C1: “Metade dos catadores não estão nas cooperativas, não havia transporte e tinha que pagar 8 reais por dia, esse mês conseguimos dois ônibus, mas tem muitas faltas por falta de transporte”.

C2: “As toneladas que vão para os galpões não dão pra trabalhar, falta EPI e materiais de trabalho, e quem trabalha no turno da tarde já não consegue nada, no rateio dessa semana tirei 19 reais”.

C3: “A desativação como está sendo feita não atende a necessidade do catador, pois o GDF não está cumprindo com o que prometeu. Para o GDF, o lixão está fechado, mas isso não é verdade, entra caminhão diariamente e despeja todo tipo de lixo. O que está fechado são as condições de trabalho e oportunidade do trabalhador realizar seu ganha pão no dia-a-dia de trabalho, pois o material que chega no galpão não é suficiente, o material é pouco e eles não conseguem catar o que catava no lixão antes, antes do fechamento. Ou seja, o lixão está fechado para o catador que não pode entrar mais no local, mais continua a receber lixo diariamente”.

G1: “Para organizar os serviços dos catadores, o GDF vem utilizando recurso próprio e negociando com os catadores, contratou galpões alugados onde os catadores estão trabalhando. São 1300 catadores cadastrados nas cooperativas, destes, 677 já estão trabalhando nos galpões e os demais não aceitaram ainda a ideia, pois não aceitaram o controle feito no ambiente de trabalho nos galpões, isto é, recusaram a usar os Equipamentos de Proteção Individual – EPI”.

Por meio dos trechos destacados acima, observou-se a percepção dos catadores quanto a dificuldade de transporte, materiais e equipamentos de trabalho, como os Equipamentos de Proteção Individual – EPI nos galpões que alojam as cooperativas, em contraposição o representante do GDF relata a resistência dos catadores em fazer uso do EPI, pela maioria dos catadores que não aderiram o trabalho nas cooperativas.

Além da informação citada acima, G1, o representante do GDF, informou que, entre 100 a 200 catadores não quiseram se cadastrar devido às regras que iriam cumprir nos galpões e por não acreditarem que o lixão iria fechar. Informou, ainda, que 20% dos catadores não vão aos galpões por não concordarem em seguir as normas exigidas nas cooperativas pelo GDF. Ressalta ainda que foi licitado a construção de quatro (4) galpões para triagem, para o trabalho manual dos catadores mais quatro (4) estão em obras, já licitado, sendo que cada galpão custou (5) cinco milhões para os cofres públicos.

Outro aspecto visualizado foi quanto o despejo de lixo diariamente no lixão da Estrutural, mesmo após a sua desativação. Segundo o representante de cooperativa em trecho revelado acima, o lixão recebe caminhões todos os dias e despejam todo o tipo de lixo. Já o GDF informa que apenas o despejo de entulhos de material da construção civil, é permitido ser jogado no lixão.

É importante ressaltar ainda que, segundo representante do GDF, no plano de intervenção de desativação do lixão, foram estruturadas ações voltadas a diminuir o impacto na vida e na saúde dos catadores, visando à melhoria das condições de vida, principalmente no contexto da segurança alimentar e nutricional. Revelando que muitos dos catadores não aceitaram a proposta de desativação do lixão.

Neste estudo, observou-se nos relatos dos representantes de catadores a compreensão da necessidade de fechamento do lixão, mas desde que houvesse a inclusão dos mesmos em condições dignas de trabalho e com oportunidade de renda.

G1: “Depois da elaboração do diagnóstico situacional, foi realizado um plano de intervenção e um de transição com o delineamento de 72 ações a serem executadas para o devido fechamento, com respeito às condições ambientais e de inclusão dos catadores em planos sociais, como a responsabilidade de fazer o cadastramento dos catadores que aderiram ao programa social do GDF e que foram de acordo com a desativação do lixão, pois muitos deles não aceitaram a proposta de desativação do lixão”.

Para a liderança de catadores de uma cooperativa, a desativação do lixão é importante para a cidade, mas para isso, o GDF precisaria ter realizado um plano de acolhimento dos catadores, de forma a facilitar a inserção desses trabalhadores no

mercado de trabalho. Fechar o lixão sem uma coleta seletiva realmente adequada, sem um trabalho de Educação Popular em Saúde para conscientização da população ou mesmo sem a busca de estratégias adequadas para inserir o cidadão da melhor forma, prejudicou muito a comunidade de catadores.

C3: “O Catador para trabalhar agora, precisa ir às ruas o que dificulta muito a situação de trabalho”. “Diante dos meus dezessete anos de movimento, percebo que os governantes não se preocupam com o catador, nunca nos houve, somos invisíveis, ninguém se preocupa com a gente”.

4.2 Categoria 2: Benefícios e compensações aos catadores de materiais recicláveis

Quanto a categoria 2, relacionada aos benefícios e compensações aos catadores de materiais recicláveis”, diante do processo da atual desativação do Lixão da Estrutural, pode-se destacar os seguintes relatos dos atores envolvidos no estudo:

C1: “Recebi o benefício de 360 reais esse mês e 1 cesta básica, mas dizem que só vem esse mês. Não são todos os catadores que recebem”.

C2: “Esse mês é o primeiro que recebo a bolsa, que não dá para nada. No lixão eu tirava uns 600 reais por semana, agora quando bom tiro 60 reais no rateio. O valor de 190 reais para cada 1 filho de catador não está sendo cumprido, só na TV”.

G1: “Cada catador cadastrado e trabalhando nos galpões recebe de compensação financeira a quantia de 360 reais mensais, mais uma parcela percentual das vendas do material reciclável, totalizando ao final uma quantia de aproximadamente de 1.150,00 reais”.

Quanto aos relatos levantados na categoria 2, nota-se a discrepância da quantia aproximada relatada pelos catadores e pelo GDF quanto a produtividade e renda provinda do trabalho nas cooperativas. Ainda ressalta o desamparo aos demais catadores que não estão inseridos nas cooperativas. Segundo representante do GDF, tem sido fornecido auxílio de vulnerabilidade e de agentes de cidadania ambiental, mais uma cesta básica. Tudo isso para garantir a segurança alimentar do catador, já para os catadores tal situação é uma incerteza.

4.3 Categoria 3: Coleta Seletiva no Distrito Federal

Em relação ao processo de coleta seletiva no Distrito Federal, as entrevistas revelaram as percepções dos participantes destacando os seguintes relatos:

C1: “Não existe, chega tudo misturado, muito lixo, pouco material para reciclar e muita gente pra trabalhar”.

C2: “Nossa riqueza está sendo enterrada no aterro de samambaia, porque não há coleta seletiva”.

G1: “A coleta seletiva está sendo paga por viagem e não por peso. Os carros são acompanhados por GPS durante toda a rota percorrida. O lixão está fechado para o lixo, resíduos domiciliares, sendo permitidos apenas a despejo de entulhos, materiais da construção civil”.

De acordo com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU, nos relatos, o lixão não poderia continuar, teria que ser fechado, e o novo aterro deveria ter seu início em janeiro de 2018, visando uma melhor qualidade de vida dos catadores, uma vez que eles precisariam trabalhar em um lugar seguro, com menos riscos à saúde, e, ainda trazendo ganhos ambientais para a região e para o Distrito Federal, beneficiando toda a população. O novo aterro de Brasília, localizado em Samambaia, DF, foi construído para uma capacidade de 8.130.000 toneladas de dejetos com previsão limite de 10 anos para recebimento de resíduos, conforme licença ambiental vigente.

4.4 Discussão dos dados

Diante dos dados levantados pelo grupo no presente estudo, evidenciados pelas visitas de campo, acompanhamento e observação participante em atividades e eventos envolvendo a temática do processo de desativação do lixão da Estrutural na visão dos catadores de materiais recicláveis e do GDF, bem como a realização das entrevistas semiestruturadas, buscou-se embasar a discussão do trabalho por meio de referenciais teóricos, estudos científicos e análise documental realizada pelo grupo de pesquisa, sendo tais aspectos revelados a seguir.

Dados revelados no projeto “Mapa de desigualdades” desenvolvido pelo Movimento Nossa Brasília (2016) e pelo INESC, no ano de 2016, tendo o apoio da Oxfam Brasil, que foi desenvolvido de forma colaborativa em três regiões do Distrito



Federal, incluindo a Estrutural faz relação com o presente trabalho ao revelar que umas das preocupações levantadas pelos participantes foi o processo de encerramento das atividades do lixão, uma vez que o lugar recebe quase todos os resíduos sólidos do DF, sendo fonte de renda para milhares de catadores, que impulsionam a reciclagem. Bastos (2015) reforça tais características, ao mencionar que apesar das precárias condições nos lixões, sua extinção divide opiniões ao considerar as condições desumanas de trabalhos, porém é a única fonte de renda de milhares de pessoas e sustento de suas famílias.

Contudo, segundo dados da (CLDF, 2016), o lixão que ocupa uma área de aproximadamente 200 hectares, limítrofe ao Parque Nacional de Brasília, que é uma unidade de conservação e é responsável pelo abastecimento de água de em média 20% da população do Distrito Federal, torna-se uma grande ameaça de degradação ambiental, à saúde humana e um centro de conflito social relevante, incluindo a presença de trabalho infantil e adulto em condições de risco, não havendo mínimas condições de tratamento dos resíduos depositados.

Diante de tal argumento, segundo texto elaborado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF, 2016), e do prazo previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei nº 12.305), de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), para fechamento dos lixões até 2014, segundo tal fonte, o GDF vem buscando ações para que os catadores envolvidos no lixão da Estrutural tenham condições dignas de trabalho e renda e buscas por melhorias no processo de coleta seletiva. No entanto, cabe ressaltar que o GDF não cumpriu a legislação para finalizar as atividades do lixão até 2014.

Em uma pesquisa no ano de 2015, Guarnieri e Cerqueira, já elencavam pontos negativos e positivos quanto à implementação da PNRS na visão dos catadores, no âmbito do Distrito Federal. Entre os pontos positivos evidenciaram a expectativa quanto ao aumento da segurança do trabalho, a redução de riscos de doenças e de criação de centros de triagem com a infraestrutura adequada. Quanto aos aspectos negativos, destacaram o próprio fechamento do Lixão da Estrutural, por se tratar do principal local de obtenção de renda para os catadores de materiais

recicláveis da região e suas famílias. Outro ponto negativo levantado foi à incerteza dessa população quanto às decisões do Governo do Distrito Federal.

O SLU, por meio da análise da situação atual do Lixão da Estrutural, Nota Técnica 015/2015 (CLDF, 2016) trouxe informações sobre o programa para catadores do lixão, informando aspectos como a proibição do trabalho infantil, acesso a programas e benefícios sociais, pagamento de benefício de vulnerabilidade temporária aos catadores durante o período de transição, e a construção e reforma de centros de triagem.

Porém, conforme dados levantados na presente pesquisa, mesmo em meio ao processo de fechamento do lixão no mês de janeiro de 2018, nota-se que tais aspectos não têm atendido as necessidades e expectativas da população de catadores de materiais recicláveis. É revelado o número insuficiente de galpões para a demanda de trabalhadores, onde as cooperativas não conseguem absorver 1/3 dos catadores, estimados em 1800 pessoas em média. Quanto à bolsa temporária, de mais de 360 reais, esta não abrangeria a maioria dos catadores e na época estava com o pagamento em atraso.

Ainda nesta perspectiva, Pôrto (2014), evidenciou que mesmo considerando a construção dos centros de triagem, estes não ficariam prontos de imediato, e outra problemática que segundo o autor podia prejudicar a adesão e a efetividade da proposta é a distante localização dos pontos de moradia dos catadores, que em sua maioria residem na própria Cidade Estrutural. Tal aspecto foi visualizado no presente estudo, onde um dos maiores problemas encontrados hoje pelos catadores é a dificuldade de locomoção até os galpões, pela falta de transporte, o que tem aumentado consideravelmente o número de faltas e diminuindo ainda mais a renda destes trabalhadores vulneráveis, que precisam arcar com transporte do próprio bolso, em meio à falta de renda para tal.

Bastos e Magalhães (2016) realizaram uma pesquisa sobre o fechamento do lixão de Gramacho, no Rio de Janeiro, que desde 2012, quando foi desativado transferiu o título de maior lixão das Américas para o lixão da Cidade Estrutural, no Distrito Federal. As autoras relatam uma realidade condizente ao informar que



políticas públicas direcionadas a vida da população de catadores foram ineficientes, inviabilizando a busca por uma melhor qualidade de vida, incluindo uma redução nos níveis de renda dos trabalhadores. Outra informação relevante elencada pelas autoras foi que mesmo alguns anos após o fechamento, menos 1/3 da população de catadores de materiais recicláveis da região está cadastrada e atuante nos ambientes de trabalho.

É interessante ressaltar ainda, que especialistas do Inesc, que acompanham a desativação do lixão da Estrutural e do Movimento Nossa Brasília (2016), alertam que para se evitar graves impactos sociais e econômicos na região, se faz necessário incluir os catadores nos processos produtivos de trabalho por meio das associações e cooperativas. O INESC tem buscado atuar com catadores de material reciclável promovendo cursos técnicos e de formação cidadã. Outro ambiente de discussão sobre o processo de inclusão de milhares de catadores do Lixão da Estrutural tem sido a reunião dos catadores no Fórum Lixo e Cidadania.

Outras informações relevantes contidas no material do Movimento Nossa Brasília (2016), condiz com o observado no presente estudo, como a expectativa dos catadores de materiais recicláveis por novas oportunidades de renda e programas de qualificação profissional após o encerramento das atividades do lixão, assim como a abordagem da dificuldade de acesso ao CadÚnico, como porta de acesso aos programas sociais. Há, ainda, a preocupação quanto às medidas compensatórias e de remediação, no âmbito do saneamento, seguridade social e meio ambiente da região.

Ainda para Pôrto (2014) o Distrito Federal apresenta uma política social ainda muito fragilizada, que atua de maneira fragmentada das demais, não conseguindo atender as necessidades dos principais atores envolvidos na transição, quais sejam, os catadores de materiais recicláveis. Fato que pode ser vivenciado até o atual momento dessa transição.

Segundo relatos, o Coletivo da Cidade, localizado na Estrutural, que é uma entidade que atua na proteção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, pode a qualquer momento, perder o espaço físico para suas

atividades. Em uma das vivências realizadas nesse estudo, foi presenciada ainda a discussão sobre as ações da comunidade da Estrutural diante do fechamento de uma das escolas da região.

O Correio Brasiliense (2018) informou que o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar – BOPE reforçaria o policiamento na Região Administrativa da Estrutural. Ainda conforme o jornal local há reclamação da população quanto a não existência de lixeiras pela cidade e conseqüentemente também a ineficaz coleta de matérias recicláveis e resíduos sólidos.

Em um contexto geral, não se percebe uma sensibilização do governo com a real necessidade de subsistência da população de catadores de materiais recicláveis e de seus familiares.

Por se tratar de uma região com alta especulação imobiliária, com proximidade do centro de Brasília, sugere-se que os catadores de materiais recicláveis do DF, assim como a população do centro de São Paulo, pejorativamente chamada de Cracolândia, segundo Rosário (2016), estão sendo submetidos à mesma política conhecida mundialmente como gentrificação.

De acordo com Rosário (2016), a política de gentrificação propõe uma série de melhorias nas áreas econômicas, sociais e culturais, nos centros urbanos desprestigiados e desvalorizados, trazendo uma profunda transformação atraindo investimentos, elevando assim o prestígio da área revitalizada. No entanto, o autor relata que, para que haja esse investimento e recuperação, se faz necessária a remoção da população que vive nestes locais, em geral pobres, em vulnerabilidades.

De acordo com a análise do autor, no processo de gentrificação pode-se perceber nitidamente o objetivo transvestido em revitalização do bem público. Dessa forma, o que se pratica nestes centros é a famosa higienização ou limpeza social.

Diante do exposto, resguardadas as devidas proporções quanto aos personagens dessa disputa de forças, o Governo do Distrito Federal parece querer “limpar a cidade”, como diria a expressão usada por Rosário (2016), submetendo essa população de catadores de materiais recicláveis, de acordo com o autor, às políticas e normas sanitárias que visam mandar para longe esses habitantes tidos como indesejáveis.

5. SITUAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

O Lixão da Cidade Estrutural há várias décadas é o local de trabalho de diversos catadores e catadoras de materiais recicláveis. Nesse local, chegam grandes quantidades de materiais de diversos tipos e origens o que dificulta as condições de trabalho nesse ambiente tão insalubre e perigoso para a saúde humana. Alguns dados referentes à quantia do lixo produzido e recolhido pelo SLU do DF está publicado no relatório de atividades do SLU (2017). De acordo com este relatório, a quantidade de resíduos sólidos domiciliares e de varrição produzido no primeiro semestre de 2017 no DF e coletado pelo SLU foi de 411.717 toneladas. Destas, 406.517 toneladas foram aterradas, sendo aterrado, 269.364 no Aterro Controlado do Jóquei, conhecido como Lixão da Estrutural, e 137.153 toneladas no Aterro Sanitário de Brasília, em Samambaia, DF. Dados percentuais equivalentes aos produzidos em 2016. Já a coleta de entulho de forma mecanizada com a utilização de transportes correspondeu a 308.594 toneladas, enquanto a coleta manual correspondeu a 6.554 toneladas. Os resíduos sólidos oriundos da área de saúde corresponderam a 1.063 toneladas recolhidas.

Nesse contexto, ressalta se que grande parte desse material é composto por agentes ou resíduos físicos como papelão, vidros, latas entre outros. Contendo também os radioativos ou químicos como pilhas, baterias, materiais eletrônicos diversos, e biológicos como restos de alimentos e animais em estados de putrefação.

A falta de gerenciamento dos resíduos sólidos e, conseqüentemente, a disposição final inadequada do lixo, segundo Dobrachinski et al. (2016), é uma das grandes responsáveis pela degradação do meio ambiente, contribuindo significativamente para as condições precárias de saúde da população e dos trabalhadores que convivem com o lixão.

Apesar da regulamentação da atividade de catador de material reciclável desde 2002, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – (MTE), sob o número 5192-05 da Classificação Brasileira de Ocupações, esses profissionais ambientais ainda sofrem com condições insalubres de trabalho (MTE, 2002).

Observamos que a profissão dos catadores de materiais recicláveis ainda revela traços que permeiam outros grupos excluídos da sociedade não prevendo uma equidade social. Os catadores vivem praticamente à margem de todos os direitos sociais e trabalhistas excluídos dos lucros que o mercado pode arrecadar com a reciclagem.

De acordo com Behs (2013), essa emancipação que é importante na construção da identidade do catador, por vezes não altera e nem resolve as condições de exclusão.

Na verdade, os catadores de materiais recicláveis fazem um serviço público, sendo agentes socioambientais, serviço este que é de responsabilidade do governo do Distrito Federal. Mesmo com a inserção da maioria deles nas cooperativas, na prática ainda é uma mão de obra barata. A própria falta de infraestrutura no qual os catadores foram submetidos nos galpões, com o fechamento do lixão, demonstra não haver preocupação com a sustentabilidade econômica das famílias que sobrevivem do trabalho de catar e reciclar materiais retirados do lixo.

É claro que todo o arcabouço jurídico na construção legislativa - o qual não nos cabe abordar no presente trabalho -, que hoje regulamenta a profissão de catadores de material reciclável, contribui para o fortalecimento do movimento de catadores que lutam pela ocupação de um novo espaço digno de trabalho para inclusive ampliar as discussões políticas sobre as suas relações com a sustentabilidade e a preservação ambiental.

No entanto, após essa breve constatação das vulnerabilidades socioambientais identificadas por meio da revisão de literatura, da análise documental dos registros das atividades de governança, dos grupos de núcleos de gestão técnica, das ações da participação popular e do próprio caráter participativo e reflexivo - no qual, nós pesquisadores, os catadores de materiais recicláveis e atores afins na desativação do lixão estamos inseridos -, pode-se confirmar problemas em segmentos tais como saúde, segurança do trabalhador, políticas sociais, gestão, inclusão social, aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Neste contexto, dentre tantas, salta-nos aos olhos as questões talvez menos favorecidas que se referem à promoção integral da saúde, ao seu acesso, a formação de profissionais da saúde com uma visão holística/ampla, com consciência humanística, solidária e coletiva no seu papel como transformador social em sintonia com a população e suas peculiaridades.

Peculiaridades estas que passam pela manipulação diária dos materiais recicláveis nos quais apresentam riscos por meio da contaminação de diversos agentes de acordo com Ferreira e Anjos (2001):

Agentes físicos: O odor emanado dos resíduos pode causar mal-estar, cefaleias e náuseas. Os ruídos, em excesso, podem contribuir para perda parcial ou permanente da audição, tensão nervosa, estresse e hipertensão arterial. A própria poeira pode provocar desconfortos, perdas momentâneas da visão, problemas respiratórios e pulmonares. É muito comum também verificarmos lombalgias, dores nas costas e no corpo bem como ferimentos e cortes decorrentes de objetos perfuro-cortantes. Além desses apontamentos de ordem física outro aspecto, segundo os autores acima que é importante, mas pouco lembrado, é o desconforto e as náuseas que a visão dos resíduos pode, por vezes, provocar.

Agentes químicos: pilhas e baterias; óleos e graxas; pesticidas/herbicidas; solventes; tintas; produtos de limpeza; cosméticos; remédios; aerossóis infelizmente são constantes no meio dos resíduos. Ainda conforme a descrição dos autores acima, uma significativa parcela de agentes ainda mais nocivos à saúde humana e ao meio ambiente são comumente encontrados incorporando-se à cadeia biológica, são eles: chumbo, cádmio e mercúrio. Todos apresentam efeito acumulativo e podem ser precursores de diversas doenças do sistema nervoso, entre outras, bem como apresentar neurotoxicidade e efeitos crônicos.

Agentes radiológicos: essa população se configura, ainda, como grupo de risco e vulnerabilidade para eventuais acidentes radiológicos, sendo a primeira a entrar em contato com isótopos radioativos indevidamente descartados.

Agentes biológicos: Conforme os autores acima citados, os agentes biológicos nos resíduos sólidos podem ser responsáveis pela transmissão direta e indireta de diversas doenças. Microorganismos patogênicos são encontrados nos resíduos de lenços de papel, curativos, fraldas descartáveis, agulhas e seringas descartáveis, camisinhas, resíduos de farmácias, laboratórios, hospitais, enfim, todos misturados aos resíduos domésticos e que são encontrados facilmente segundo os autores. Na visão dos mesmos, alguns agentes que podem ser ressaltados são: os agentes responsáveis por doenças do trato intestinal (*Ascaris lumbricoides*; *Entamoeba histolytica*; *Schistosoma mansoni*); o vírus causador da hepatite (principalmente do tipo B, pela sua capacidade de resistir em meio adverso) e o vírus causador da AIDS. Os autores referem-se também aos microorganismos responsáveis por dermatites e aos microorganismos dos resíduos infecciosos dos serviços de saúde.

Ferreira e Anjos (2001), também fazem referência aos acidentes e riscos ocupacionais, os quais entendem da mesma forma serem inerentes aos processos e as condições de trabalho e de vida. Outros perigos detectados referem-se a sobrecarga de trabalho, os atropelamentos, a velocidade com que desenvolve o trabalho, os movimentos repetitivos, a alienação do trabalho, a falta de uniformes e roupas adequados (roupas visíveis, calçados resistentes e antiderrapantes) e de equipamentos de proteção individual – o que agrava ainda mais os riscos de atropelamentos.

Não obstante, os autores descrevem ferimentos - como perdas de membros por prensagem em equipamentos de compactação e outras máquinas -, mordidas de animais (cães, ratos), acidentes com animais peçonhentos, incêndios - que por muitas vezes são desencadeados pelo uso de cigarros artesanais e pelos próprios rejeitos que entram em contato com materiais inflamáveis -, picadas de insetos, excessos de frio, calor, umidade, chorume tóxico, chuvas, exposição à fumaça, ao monóxido de carbono e à adoção de posturas forçadas.

Dobrachinski et al. (2016) relatam que como a renda mensal muitas vezes serve apenas para suprir as necessidades básicas, durante o manuseio dos materiais, os alimentos desprezados pelos supermercados como biscoitos, carnes entre outros, mesmo vencidos são utilizados como alimentos. Essas ações, na

concepção dos autores, fortalecem os agentes lesivos podendo ter sua proliferação expandida devido a algumas atitudes e hábitos seguidos por estes trabalhadores, tais como o horário, a qualidade de suas alimentações, o tabagismo e o consumo de bebidas alcólicas, ações danosas à saúde humana e que aumentam os riscos de acidentes e violências diversas.

E como se não fosse o suficiente, os autores consideram também os fatores relativos aos indivíduos – sexo, idade, condições de inserção na produção, nível de aprendizagem, condições de vida, estado de saúde emocional, motivação e interesse também descritos por Mattos (1992).

Não são poucos os casos de agressões físicas, violência contra a mulher, exploração infantil, aborto, abuso sexual, gravidez indesejada, problemas ginecológicos, urológicos, câncer de próstata ou de colo de útero, desnutrição e diarreias, diretamente relacionados à lavagem das mãos, problemas de visão, audição e mesmo infecções urinárias em decorrência a ausência de um simples local para urinar. Além disso, percebemos também como é difícil à assistência para os catadores na terceira idade e o fortalecimento de ações positivas para os jovens e crianças da comunidade. Enfim, percebeu-se uma ausência de cuidados gerais, rotineiros, planejamento familiar, orientação sexual, métodos contraceptivos, exames preventivos para doenças sexualmente transmissíveis, preventivos cardiológicos, oftalmológicos, dados vacinais atualizados e higiene bucal em todas as faixas etárias.

De acordo com Possuelo et al. (2016), faltam alertas e cuidados com as poças de água, muito comuns nesse ambiente laboral - onde há risco de leptospirose devido a contaminação com a urina dos ratos - proliferação de mosquitos que podem transmitir a dengue, chikungunha, zika e febre amarela. Faltam alertas quanto aos cuidados necessários com os cães, que além de poderem ser hospedeiros intermediários precisam ser vacinados, vermifugados, limpos contra pulgas e carrapatos transmissores de diversas doenças.

Todo esse quadro descrito e os indicadores de saúde integral dos catadores, segundo Behs (2013), apontam para muito esforço físico, ambiente insalubre, marcado por más relações de trabalho e sofrimento o que ainda contribui para a degradação humana.

Diante desse quadro, fortalecer o catador, enquanto agente social e ambiental, sobre sua condição de vida, reconstruindo uma ponte para a promoção da saúde em sua integralidade, articulando propostas coletivas que ampliem consequentemente a promoção da justiça social, a geração de renda e cidadania é um caminho que se apresenta viável sob as estratégias da Educação Popular em Saúde.

Logo, conforme Behs (2013), a educação para a saúde integral é inerente à saúde pública, é um processo multidimensional de comunicação e de intervenção social, que tem por finalidade a capacitação e a responsabilização das pessoas nas tomadas de decisões relacionadas à saúde.

Assim, imbuídos dos princípios de promoção da saúde e da convicção de que a Educação Popular em Saúde possa ser a chave para o fortalecimento da resistência dessa população, apresentamos uma proposta de aplicação.

Por meio da construção de uma Proposta de Aplicação, sugere-se a realização de um curso livre a ser executado conjuntamente com a população de catadores de materiais recicláveis e demais atores envolvidos no processo, quanto aos princípios de promoção da saúde e prevenção de doenças, permeada pela Educação Popular em Saúde, como chave para o fortalecimento da resistência dessa população. De forma que, a Educação Popular em Saúde trata-se de uma prática que visa o desenvolvimento da tomada de consciência, a qual contribui para a transição de uma consciência crítica reflexiva (POSSUELO et al, 2016).

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO

Antes de apresentar essa proposta de aplicação no território do Lixão da Estrutural, a qual poderá servir de modelo para possível replicação, é necessário ressaltar que uma oficina é um período extremamente curto para atender as demandas da população de catadores de materiais recicláveis mesmo que focando apenas no segmento da promoção da saúde e da prevenção de doenças.

De antemão ressalta-se que a proposta construída partiu da análise dos resultados e do processo de desenvolvimento do presente trabalho no período inferior a um ano, conforme descrito na metodologia.

Sugere-se a realização da proposta, na forma de um Curso Livre voltado para a população de catadores de materiais recicláveis, na perspectiva da Promoção da Saúde e Educação Popular, seguindo os trâmites da Fiocruz Brasília. A formalização deste curso deve ocorrer por meio do Formulário de Aprovação e Acompanhamento de Cursos Livres da instituição – FAC-L, a fim de propiciar certificação aos participantes e oficializar a proposta, inclusive quanto à logística para a execução do curso, como a viabilização dos gastos orçamentários e recursos humanos. Propõe-se a execução da proposta mediante parceria da instituição com o setor público estatal e não estatal, como sindicatos, instituições, fundações, ONGs, representantes da população de catadores, estudantes e interessados na temática.

Assim, por compreender que a proposta de Educação Popular em Saúde, é, conforme Possuelo et al (2016), uma prática que visa ao desenvolvimento da tomada de consciência, a qual contribui para a transição de uma consciência crítica, sugere-se quadro 3 abaixo, a proposta criada pelos autores, para possíveis ações futuras quanto a temática levantada na pesquisa.

Quadro 3 – Proposta de Aplicação: Curso livre conjunto com a população de catadores de materiais recicláveis do DF, 2018.

Oficina: Promoção da Saúde e Educação Popular para a população de catadoras e catadores de materiais recicláveis do DF.
Tema: Educação Popular e Promoção da Saúde
Carga Horária: 04 horas
Público-Alvo: População de Catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.
Responsáveis: Atores institucionais, governamentais e estudantes e demais interessados na temática.
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estreitar as relações entre agentes de saúde e catadores de materiais recicláveis para que possamos sair com propostas de enfrentamento diante dos problemas levantados e de possíveis direcionamentos para as eventuais ações de saúde, ou seja, consultas e lugares certos de atendimento fortalecendo assim a conscientização, a acessibilidade aos serviços de saúde, a inclusão social do catador, o estímulo à promoção da saúde na sua integralidade, a cidadania e às ações do Sistema de Saúde SUS - SUS; • Contribuir para melhoria de qualidade de vida e saúde dos catadores e, conseqüentemente, para o aumento da produtividade/ rentabilidade visando o desenvolvimento da autonomia, do empoderamento individual e coletivo quanto ao próprio cuidado, porém não mais pela imposição do conhecimento técnico-científico detido pelos profissionais de saúde, como diria, mas sim pelo desenvolvimento da compreensão da situação de saúde, do diálogo horizontal, da troca de saberes e práticas. • Empoderar os catadores de materiais recicláveis enquanto agentes sociais e ambientais como resgate à cidadania, ao desenvolvimento de uma nova cultura, revisando valores e práticas voltadas ao consumo consciente, à geração de resíduos e a solidariedade social; e, • Fortalecer a gestão participativa, a fim de construir um Plano de Cuidado direcionado aos catadores de materiais recicláveis bem como aos familiares que desenvolvem atividades de reciclagem.
<p>Percurso Metodológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um momento de acolhimento e recepção de todos os participantes para facilitar as rodas de conversas, facilitar a escuta qualificada e principalmente contribuir para a construção de vínculos dos catadores e dos agentes em saúde. Pode-se inclusive ver a viabilidade de um breve e simples café da manhã com esse propósito. • Roda de conversa entre catadores e agentes do setor saúde – agentes da atenção básica, agentes da estratégia da família, agentes comunitários em saúde e agentes de vigilância ambiental, a fim de fomentar troca de saberes sobre a conscientização, sobre os riscos do local de trabalho e sobre a importância dos equipamentos de proteção individual. • Construção de um mapa de forma conjunta e colaborativa levantando as necessidades principais dos catadores e as áreas de atuações dos agentes em saúde.

Fonte: Quadro de elaboração própria (2018) com contribuições de ALVES, V.S. (2005) referendado nas bibliografias.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração o que observado na perspectiva da promoção da saúde e prevenção de doenças no contexto de Territórios Saudáveis e Sustentáveis – TSS que é conduzido pela territorialidade e pela inclusão social por meio do acesso a políticas públicas de distribuição de renda, boas condições de trabalho, assim como aos serviços de saúde, educação, lazer e segurança de forma a viver num ambiente sustentável e saudável. Percebe-se que são necessidades visíveis na população de catadores de materiais recicláveis e na comunidade da Cidade Estrutural.

Entretanto, não obstante, a realização de uma reflexão crítica, intersetorial e multidimensional perante a desativação do “lixão da Estrutural”, situado no Distrito Federal, tende a fortalecer o Sistema Único de Saúde e a expansão das ações de fomento à construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, principalmente na lógica da promoção da saúde e da prevenção de risco à saúde de grupos em estado de vulnerabilidade socioambiental. Logo a abordagem da temática sobre os Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Distrito Federal, em especial na Região Administrativa da SCIA/Estrutural é de total relevância para todos desde os aspectos que permeiam a cidadania, a democracia, às necessidades abaixo.

Há necessidade de ações que colaborem com a implementação de políticas públicas no âmbito do Distrito Federal, visando à redução da injustiça socioambiental, o estabelecimento de vínculo de transformações da realidade, a efetividade nos mecanismos de participação, inclusão social e operacionalização em saúde e ambiente para o desenvolvimento do território, tendo em vista também apoiar a execução do acordo de cooperação bilateral entre o GDF e a Fiocruz Brasília - Acordo de Cooperação Técnico-Científica nº 71/2017 (Anexo 2).

Espera-se, por meio desta discussão, contribuir com análise de experiências, e discussões sobre a governança, políticas de gentrificação, sobre direitos aos bens ambientais, sobre a união - para busca de um senso comum - sobre espaço democrático, tendo como base à saúde - pilar essencial para reflexo do aumento dos



índices de produtividade para os catadores - subsistência, fortalecimento da cidadania e a melhora da qualidade de vida, em especial quanto ao atual processo de desativação do lixão da Estrutural, no DF. Deseja-se despertar a reflexão sobre a vulnerabilidade, as mudanças de hábitos, a solidariedade social, e a construção de vínculos entre catadores e multiprofissionais da saúde por meio da Educação Popular em Saúde que é a peça chave para a resistência dessa população.

Recomenda-se estudos voltados a fomentar o debate sobre desenvolvimento de ações relacionadas à implementação de políticas públicas ambientais e de inclusão de grupos em estados de vulnerabilidade social como é a realidade dos catadores de materiais recicláveis bem como direcionar ações com escuta participativa com um olhar estimulante para a cidadania e a democracia. Entendemos que o melhor caminho para traçar novos projetos e propostas locais, diante do que vivenciamos, não é lista-los aqui, mas desenvolver a escuta sensível à própria comunidade.

Por fim, é importante ressaltar que, em razão de problema de ordem técnica do Comitê de Ética da Fiocruz Brasília – CEP, alheio aos pesquisadores aqui envolvidos, o tempo para a coleta e análise de dados na pesquisa-ação em tese foi reduzido. Dessa forma, ainda que não tenha inviabilizado sua execução, é necessário considerar que houve limitações na análise e nas discussões dos resultados, que deverão ser considerados preliminares.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, J. R.; AZEREDO, G; WERNECK, F. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

AGEFIS. Agência de fiscalização do Distrito Federal. Área da Região da Estrutural, DF. Imagem: AGEFIS, 2016. [internet]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/apos-confronto-gdf-suspende-acao-de-derrubadas-em-area-da-estrutural.html>>. Acesso em 27 fev. 2018.

AKERMAN, M.; MENDES, R.; FICHER, A. L. Cidades Saudáveis: ainda um tema relevante? In: SILVEIRA, C. B.; FERNANDES, T. M.; PELLEGRINI, B. A. F. (Orgs.). *Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

ALVES, V. S. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade de atenção e reorientação do modelo assistencial. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.9, n.16, p.39-52, 2005. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S1414-32832005000100004>>. Acesso em: 01 mar.2018.

AMIGOS DAS VEREDAS. ICMBio multa SLU e Valor Ambiental em R\$ 13 milhões por manter Lixão da Estrutural. Imagem: Amigos das Veredas, 2010. [internet]. Disponível em: <<http://amigosdasveredas.blogspot.com.br/2010/12/incompetencia-do-gdf-faz-mais-uma-vez-o.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ANJOS, M. M.; FERRAZ, R. R. N. Implementação de ações de educação para minimizar agravos de saúde em trabalhadores de uma cooperativa de materiais recicláveis da capital paulista. *Anais do VI Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade*. São Paulo, 2013.

ANUÁRIO DO DF. Anuário do DF, 2014. [internet]. Disponível em: <<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-xxv-sciaestrutural/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

BARBOSA, A. J. P. A aplicação do princípio da função social da propriedade às políticas públicas de regularização fundiária nas cidades brasileiras: a partir da Constituição Federal de 1988: o caso da Estrutural – Brasília/DF. 2006. Dissertação – Universidade de Brasília, Brasília.

BARCELLOS, C.; SABROZA, P.C.; PEITER, P.; ROJAS, L. I. Organização espacial, saúde, e qualidade de vida: A análise espacial e o uso de indicadores na avaliação de situações de saúde. *Informe Epidemiológico do SUS*, v.11, n.3, p.129-138, 2002.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BASTOS, V. P. Construindo identidades: catador - herói ou sobrevivente da perversa forma de catação. *Confluências*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.22-26, 2015.

BASTOS, V. P.; MAGALHÃES, A. O. Lixão de Gramacho: Impactos do Encerramento para os catadores. *Temporalis*, Rio de Janeiro, v.16, n.31, 2016.

BEHS, I. M. Educação para saúde do catador de material reciclável: produção em programas de pós-graduação do contexto nacional. Competência, Porto Alegre, v.6, n.1, p.75-89, 2013.

BELEI, R. A. et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. Cad Educação, v.30, n.3, p.187-99, 2008.

BRASIL, Presidência da República do Brasil. Relatório nacional voluntário sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável, 2017. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Série Pactos pela Saúde, Brasília – DF, v.7, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BUSS, P. M.; MACHADO, J. M. H.; GALLO, E.; MAGALHÃES, D. de P.; SETTI, A. F. F.; NETTO, F. de A. F.; BUSS, D. F. Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. Ciência e Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.17, n.6, 2012.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.77-93, 2007.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.163-77, 2000.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v.57, n.5, p.611-614, 2004.

CLDF. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Textos para discussão. Brasília, DF, v.1, n.9, p1-29, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1806/3/Texto%20integral%20%28PDF%29>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – SCIA/Estrutural- PDAD 2015. Codeplan: 2016. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2016/Abril/pdad-scia-estrutural-2015.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CORREIO BRASILIENSE. Operação Manutenção da Ordem é feita pelo Bope na Estrutural. [internet]. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/02/interna_cidadesdf,663362/operacao-de-manutencao-da-ordem-e-feita-pelo-bope-na-estrutural.shtml>. Acesso em 05/03/2018.

DOBRACHINSKI, L.; DOBRACHINSKI, M. M. M. Contradições de vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis do lixão de um município do Oeste da Bahia. Rev. das Ciências da Saúde do Oeste Baiano, Natal, v.1, n.1, p. 18-45, 2016.

FARIA, R. M. A territorialização da atenção primária à saúde no sistema único de saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território. *Hygeia*, v.9, n.16, p.131-147, 2013.

FERREIRA, J. A.; ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. *Cad. Saúde Pública.*, Rio de Janeiro, v.17, n. 3, p.689-696, 2001.

FIOCRUZ. Relatório do I Seminário: Desafios para os Territórios Sustentáveis e Saudáveis do Semiárido. Brasília: Fiocruz, 2016.

FREIRE, M S M.; SALLES R P S.; RONICE M P F S. "Mapeando iniciativas territoriais saudáveis, suas características e evidências de efetividade." *Ciência e Saúde Coletiva*, v.21, n.6, 2016.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.19, n.11, p.4383-4396, 2014.

GUARNIERI, P.; CERQUEIRA-STREIT, J. A. Implications for waste pickers of Distrito Federal, Brazil arising from the obligation of reverse logistics by the National Policy of Solid Waste. *Latin American Journal of Management for Sustainable Development*, v.2, p.19-35, 2015.

INESC. Fechamento do lixão da Estrutural tem que levar em conta futuro dos catadores, 2016. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/setembro/fechamento-do-lixao-da-estrutural-tem-que-levar-em-conta-futuro-dos-catadores>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

KZURE-CERQUEIRA, H. A saúde da cidade sob suspeita. In: SILVEIRA, C. B.; FERNANDES, T. M.; PELLEGRINI, B. A. F. (Orgs.). *Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p.31-64.

LADEIRA P. Invasão Chácara Santa luzia, que cresce rapidamente a apenas 17 km da praça dos três poderes, em Brasília; moradores vivem sem luz, água e esgoto. Banco de Imagens: FolhaPress, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/06/1636707-leitores-comentam-sobre-a-favela-que-cresce-a-17-km-do-palacio-do-planalto.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

MACHADO, J. M. H.; MARTINS, W. de J.; SOUZA, M. do S. de; FENNER, A. L. D.; SILVEIRA, M. e MACHADO, A.de A. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição teórico-metodológica para a saúde coletiva, o desenvolvimento sustentável e a governança territorial. 2018. No prelo.

MAGALHÃES, R. et al. Análise da Implementação de Ações Intersetoriais: desafios e alternativas metodológicas. In: SILVEIRA, C. B.; FERNANDES, T. M.; PELLEGRINI, B. A. F. (Orgs.). *Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p.225-241.

MATOS, A. S. Análise das intoxicações exógenas por agrotóxicos no Brasil, entre 2007 a 2012. 2013. 50 f. Monografia (Bacharelado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

MATOS, U. A. O. Introdução ao Estudo da Questão Saúde e Trabalho. Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 1992.

MATTOS, M. Blog Cena Estrutural. 2011. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA. Mapa das desigualdades, 2016. Disponível em: <<http://www.movimentonossabrasilia.org.br/nossa-brasilia-lanca-mapa-das-desigualdades-do-distrito-federal-2016/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MOYSÉS, S. T, SÁ, R. F. Planos locais de promoção da saúde: intersectorialidade (s) construída (s) no território. Ciência e Saúde Coletiva, v.19, n.11, p. 4383-4396, 2014.

MTE. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO 2002. Brasília: MTE, 2002. Disponível em: file:///C:/Users/Ant%C3%B4nio/Downloads/CBO2002_Liv3.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017

MUNETON ORREGO, J. F. Vila Estrutural: uma abordagem sobre ocupação e a produção do espaço. 2013. xv, 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

OMS. Declaração de Alma-Ata. OMS: 1978. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/39228/5/9241800011_por.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

ONU. "Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável." 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

OPAS. Atenção Primária Ambiental. OPAS: 1997. [internet]. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=204-atencao-primaria-ambiental-4&category_slug=saude-e-ambiente-707&Itemid=965>. Acesso em 01 out. 2017.

PÔRTO, E. C. A desativação do lixão da Estrutural. Brasília/DF: Reações entre os Riscos e Oportunidades para catadores de materiais recicláveis. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, Planaltina, DF. 2014.

POSSUELO, I. G.; VARGAS, R. M.; TRS, M. F.; VIANA, J.; REIS, A. J.; KRUG, S. F.; SILVERIA, R. C. E. Pet-Saúde Vigilância: ações de promoção em saúde com trabalhadores de resíduos recicláveis. Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde, Vitória, v.18 n.3, p.32-39, 2016.

RIGOTTO, R. M.; SANTOS, A. L. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. Trabalho, Educação e Saúde (online), Rio de Janeiro, v. 8, n.3, nov.2010.

ROSARIO, L. C. S. São Paulo e o processo de gentrificação: A cracolândia como seu maior desafio. Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico, v.1; n.2, 2016.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. Revista Território, Rio de Janeiro, n.9, p.103-109, 2000.

SLU. Serviço de Limpeza Urbana, DF. Preparando para fechar o lixão. Relatório de atividades do SLU, 2017. Disponível em: <http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/rel_anual_de_atividades_2017_-_slu_05_04_2018.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SLU. Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. [internet]. Aterro sanitário de Brasília. Imagem: SLU, 2016. Disponível em: <http://www.mpdff.mp.br/portal/pdf/noticias/agosto_2016/Aterro_Sanit%C3%A1rio_-_Reuni%C3%A3o_Samambaia_-_junho_2016.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SLU. Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Construindo um novo modelo de gestão dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal. Relatório de atividades SLU, 2016. Disponível em: <<http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/joomla/cd0bacd149f49e60b8b60ebd5912eeee.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SOUZA, D. O; SILVA, S. E. V. da; SILVA, N. de O. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.22, n.1, p.44-56, 2013.

SPERANDIO, A. M. G.; CORREA, C. R. S.; SERRANO, MIGUEL, M.; RANGEL, H.de A. Caminho para a construção coletiva de ambientes saudáveis – São Paulo, Brasil. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.9, n.3, 2004.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.

WESTPHAL, M. F. O modelo de atenção na perspectiva de saúde integral: a promoção de saúde e a estratégia de municípios saudáveis. SANARE-Revista de Políticas Públicas, Sobral, v.2, n.3, 2013.

WHITEHEAD, M. The concepts and principles of equity and health. Copenhagen: World Health Organization. Regional Office for Europe, 2000.

WHO. Ottawa Charter for Health Promotion, 1986. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

9. APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Qual a contextualização histórica da comunidade da Estrutural, DF?
2. Como se desenvolveu a proposta de desocupação do lixão?
3. Quais articulações políticas e pressão social foram feitas para a desocupação do lixão?
4. Como estão sendo as ações do GDF quanto a desativação do lixão, as discussões estão sendo feitas em conjunto?
5. Quais são as futuras propostas do GDF quanto à realocação dos catadores, a reabilitação do meio ambiente, a reeducação da população da estrutural quanto à separação de lixo?
6. Como foi e está sendo a participação dessa comunidade na tomada de decisão das ações do governo?
7. Como está esse processo de desocupação do lixão neste momento? Todos estão inseridos nesta transição?
8. Saberia nos informar quais são as entidades locais envolvidas no processo que envolve os catadores de materiais recicláveis e a desativação do lixão, no momento?
9. Como o movimento dos catadores de materiais recicláveis está se adaptando a essa nova realidade?
10. Todos estão conseguindo ter uma renda substituta ou estão desempregados? E de quanto é essa renda?
11. E as cooperativas que estão sendo formadas, elas têm absorvidos todos os catadores? São terceirizadas? Estão registrando com carteira assinada todos esses catadores?
12. Quais são os principais problemas e impasses na sua opinião que permeiam esse processo?

10. APÊNDICE 2 – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa: **Territórios Saudáveis e Sustentáveis e Injustiças Socioambientais no Distrito Federal** desenvolvida pelos estudantes do Curso de Especialização em Saúde Coletiva da Fiocruz Brasília: Antonio da Silva Matos, Tatianne Fraga Cornelio, Waleska Coelho Sajnovisch de Gouveia e pelo Orientador e Pesquisador Prof. Drº André Luiz Dutra Fenner, quanto aos detalhes abaixo relacionados:

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS, OS RISCOS E BENEFÍCIOS:

1. Esta pesquisa visa promover reflexões e ações sobre processos de sustentabilidade e injustiças socioambientais no Distrito Federal, focando na promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de um conjunto de estratégias que compõem a Rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, com enfoque na população de catadores de materiais recicláveis do lixão da Estrutural, DF;
2. Com esta pesquisa pretendemos realizar análise e discutir o fortalecimento das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, e como também identificar indicadores (qualitativos quantitativos) e mapas de risco socioambiental e propiciar espaço de diálogo, troca de saberes e práticas;
3. Neste sentido, gostaríamos de contar com a sua participação, permitindo que nos forneça informações acerca das necessidades de saúde da sua comunidade, lembrando que todas as informações serão mantidas no anonimato, ou seja, não utilizaremos nenhum dado que possa levar a sua identificação. Informamos que, esta pesquisa, traz riscos mínimos a sua saúde e que o (a) senhor (a) pode desistir qualquer momento, sem que isso lhe acarrete qualquer penalidade;

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

4. Será garantido pelos pesquisadores esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia ou outras dúvidas que venha a surgir;
5. A participação neste projeto não causará nenhum prejuízo em seu trabalho livre de julgamentos na conduta profissional, tendo a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
6. Esclarecemos que sua identidade e dados pessoais não serão divulgados, sendo mantidos em sigilo assegurando-lhe absoluta privacidade;

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

7. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE:

Declaro que fui informado (a) dos objetivos do estudo acima e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar, e que em caso de dúvidas desta pesquisa posso entrar em contato com os pesquisadores, nos contatos registrados abaixo da assinatura dos pesquisadores.

Declaro que, após esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar desse estudo. Ainda, recebi uma via deste TCLE e me foi dada à oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Brasília, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Participante

Pesquisador: Antonio da Silva Matos
Telefone para contato: (61) 98273 4126
e-mail: amatosunb33@gmail.com

Orientador: André Luiz Dutra Fenner
Telefone para contato: (61) 98155 9105
e-mail: andre.fenner@fiocruz.br

Pesquisadora: Tatianne Fraga Cornelio
Telefone para contato: (62) 98607 1849
e-mail: tatiannefc@gmail.com

Pesquisadora: Waleska Coelho Sajnovisch de Gouveia
Telefone para contato: (61) 99988 2909
e-mail: waleskagouveia@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE USO DE ÁUDIO E IMAGEM

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa: **Territórios Saudáveis e Sustentáveis e Injustiças Socioambientais no Distrito Federal** desenvolvida pelos estudantes do Curso de Especialização em Saúde Coletiva da Fiocruz Brasília: Antonio da Silva Matos, Tatianne Fraga Cornelio, Waleska Coelho Sajnovisch de Gouveia e pelo Orientador e Pesquisador Responsável Prof. Drº André Luiz Dutra Fenner, quanto aos detalhes abaixo relacionados:

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS, OS RISCOS E BENEFÍCIOS:

1. Esta pesquisa visa promover reflexões e ações sobre processos de sustentabilidade e injustiças socioambientais no Distrito Federal, focando na promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de um conjunto de estratégias que compõem a Rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, com enfoque na população de catadores de materiais recicláveis do lixão da Estrutural, DF;
2. Com esta pesquisa pretendemos realizar análise e discutir o fortalecimento das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, como também identificar e construir novos indicadores (qualitativos e quantitativos) e mapas de risco socioambiental;
3. Neste sentido, gostaríamos de contar com a sua participação, permitindo que nos forneça informações, permitindo a utilização de recursos de áudio e imagem, lembrando que todas as informações serão mantidas no anonimato. Informamos que, esta pesquisa, traz riscos mínimos a sua saúde e que o (a) senhor (a) pode desistir a qualquer momento da pesquisa, sem que isso lhe acarrete qualquer penalidade.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

4. Será garantido pelos pesquisadores esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia ou outras dúvidas que venha a surgir;
5. A participação neste projeto não causará nenhum prejuízo em seu trabalho livre de julgamentos na conduta profissional, tendo a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
6. Esclarecemos que sua identidade e dados pessoais não serão divulgados, sendo mantidos em sigilo assegurando-lhe absoluta privacidade.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

7. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE:

Declaro que fui informado (a) dos objetivos do estudo, esclareci minhas dúvidas e decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Concordo que o material possa ser publicado, porém sem nenhuma identificação por nome ou qualquer outra forma, e sabendo que os registros de áudio e imagem ficarão sob a propriedade dos pesquisadores e sob sua guarda. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar, e que em caso de dúvidas desta pesquisa posso entrar em contato com os pesquisadores, nos contatos registrados abaixo da assinatura dos pesquisadores.

Declaro que, após esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar desse estudo. Ainda, recebi uma via deste TCLE e me foi dada à oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Brasília, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Sujeito Participante

Pesquisador: Antonio da Silva Matos
Telefone para contato: (61) 98273 4126
e-mail: amatosunb33@gmail.com

Orientador: André Luiz Dutra Fenner
Telefone para contato: (61) 98155 9105
e-mail: andre.fenner@fiocruz.br

Pesquisadora: Tatianne Fraga Cornelio
Telefone para contato: (62) 98607 1849
e-mail: tatianneffc@gmail.com

Pesquisadora: Waleska Coelho Sajnovisch de Gouveia
Telefone para contato: (61) 99988 2909
e-mail: waleskagouveia@gmail.com

11. ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
(FIOCRUZ - BRASÍLIA)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Territórios Saudáveis e Sustentáveis e Injustiças Socioambientais no Distrito Federal

Pesquisador: TATIANNE FRAGA CORNELIO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79478317.8.0000.8027

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO CRUZ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.513.251

Apresentação do Projeto:

O trabalho visa promover ações por meio de um conjunto de estratégias que compõem a Rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis – RTSS, no Distrito Federal com enfoque na população de catadores de materiais de materiais recicláveis do "Lixão da Estrutural". Conduzido pelo processo de territorialidade, promoção da saúde, prevenção de doenças e inclusão social por meio do desenvolvimento sustentável, participação social, fortalecimento da cidadania e da qualidade de vida, assim como a redução de problemas relacionados à injustiça socioambiental. Este, busca ampliar a análise e as discussões sobre os direitos aos bens ambientais - como o acesso à água -, sobre o direito à saúde - em seu sentido mais amplo -, sobre os direitos humanos, a governança e a participação social. Assim, analisam-se parâmetros e indicadores, a pobreza, a integração das ações do Governo Federal e Distrital, as ações de promoção da saúde, a geração e distribuição de renda, a geração de conhecimento e seus acessos, a valorização cultural local e a

Endereço: Av L3 Norte Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3329-4746 **E-mail:** cepbrasil@fiocruz.br

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
(FIOCRUZ - BRASÍLIA)



Continuação do Parecer: 2.513.251

real

melhoria da qualidade de vida da população, perante o atual processo de desativação do lixão.

Objetivo da Pesquisa:

Desenvolver ações por meio de um conjunto de estratégias que compõem a Rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis – RTSS para apoiar Políticas públicas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças em catadores de materiais recicláveis do "Lixão da Estrutural", localizado na Região Administrativa XXV SCIA/Estrutural, no Distrito Federal, a fim de subsidiar a análise, discussão e fortalecimento da RTSS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apesar de os autores relatarem que não existe risco, como serão coletados dados primários a partir de entrevistas, inclusive com possível registro de áudio e imagem, trata-se de uma pesquisa de risco mínimo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante, compreendendo uma população de grande vulnerabilidade social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foi apresentado o conjunto de documentos necessários.

Recomendações:

Todas foram cumpridas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da FIOCRUZ Brasília, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/2012, manifesta-se pela aprovação do projeto em questão.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_992794.pdf	20/02/2018 18:59:21		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_ajustado_recomendacoes.pdf	20/02/2018 18:58:12	TATIANNE FRAGA CORNELIO	Aceito

Endereço: Av L3 Norte Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3329-4746 **E-mail:** cepbrasil@fiocruz.br

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
(FIOCRUZ - BRASÍLIA)



Continuação do Parecer: 2.513.251

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_audio_imagem.pdf	20/02/2018 18:56:13	TATIANNE FRAGA CORNELIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_atualizado.pdf	20/02/2018 18:55:13	TATIANNE FRAGA CORNELIO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	09/10/2017 10:40:21	TATIANNE FRAGA CORNELIO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 26 de Fevereiro de 2018

Assinado por:
BRUNO LEONARDO ALVES DE ANDRADE
(Coordenador)

Endereço: Av L3 Norte Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3329-4746 **E-mail:** cepbrasil@fiocruz.br

12. ANEXO 2 - DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL (Nº120 de 26 de junho de 2017).

PÁGINA 30

Diário Oficial do Distrito Federal

Nº 120, segunda-feira, 26 de junho de 2017

SEÇÃO III

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo 001.000.376/2016. Contrato nº 10/2017 - PGCE/DF decorrer da Concordância nº 01/2016. Firmado entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal, (Contratante) e a empresa **DEBRIITO PROPAZCARIA LTDA**, CNPJ nº 06.000.424/0001-96 (instituição) e 00.000.424/0001-38 (Gloal Brasília-DF) (Contratada), em 23/06/2017. Objeto: Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas conjuntamente que tenham por objetivo o assessoria, o planejamento, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a compra de mídia e a distribuição da publicidade, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar a população em geral. Valor total do contrato: R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). Unidade Gestora 010101, grupo 00001, unidade orçamentária 010101, programa de trabalho 0113-0003/9305-0020, fonte de recurso 100000000, natureza da despesa 3390-39, Vigência de 12 (doze) meses contados do seu assinatura, com eficácia a partir de sua publicação da sua assinatura no DOF. Legislação: Lei 8.666/93 e suas alterações. Partes: Pela Contratante, **PAULO CESAR GUSMÃO GOMES** - Coordenador de Comunicação Social (Ato do Presidente nº 328/2017), e, pela Contratada, **CEZAR MARTINS DE BRITO** e **GERALDO MARTINS DE BRITO**.

Processo 001.000.376/2016. Contrato nº 11/2017 - PGCE/DF decorrer da Concordância nº 01/2016. Firmado entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal, (Contratante) e a empresa **AV COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, CNPJ nº 01.608.534/0001-13 (Contratante), em 23/06/2017. Objeto: Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas conjuntamente que tenham por objetivo o assessoria, o planejamento, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a compra de mídia e a distribuição da publicidade, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar a população em geral. Valor total do contrato: R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). Unidade Gestora 010101, grupo 00001, unidade orçamentária 010101, programa de trabalho 0113-0003/9305-0020, fonte de recurso 100000000, natureza da despesa 3390-39, Vigência de 12 (doze) meses da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Partes: Pela Contratante, **PAULO CESAR GUSMÃO GOMES** - Coordenador de Comunicação Social (Ato do Presidente nº 328/2017), e, pela Contratada, **FELIPE PEREIRA MELRA** e **VITOR PEREIRA MELRA**.

PODER EXECUTIVO

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Processo: 410.000.664/2017. Espécie: Extrato do Protocolo de Intenções que entre o Secretário do Distrito Federal e Fundação Oswaldo Cruz. Objeto: desenvolvimento, institucionalização e operação de banco de dados, visando a formulação de políticas públicas sociais sobre saúde, educação, trabalho e relações de gênero da sociedade; b) desenvolvimento do projeto visando a produção e disseminação de informações e textos, tratamento de informações; c) desenvolvimento de informações; produção e disseminação, cooperação técnica para projetos estratégicos; perspectiva territorial para fomentar o desenvolvimento saudável e sustentável no Distrito Federal; realização de ações de desenvolvimento para o território saudável e sustentável e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), e elaboração do relatório para o futuro, no campo de ciência e tecnologia em saúde no Distrito Federal; e, f) permitir a criação, expansão e demais modalidades de transferência de pessoas, envolvendo servidores do Distrito Federal para trabalhar na FIOCRUZ e de servidores da FIOCRUZ para trabalhar no Distrito Federal, observando-se, para tanto, as disposições da Lei nº 8112/95, Lei Complementar nº 840/2011 e legislações específicas. Recursos: O presente instrumento não contempla repasse de recursos financeiros entre as partes. Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses a contar da data de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal. Data de assinatura: 13/06/2017. Signatários: Pelo Distrito Federal, **Rodrigo Salschi Rullmann**, na qualidade de Governador e pela Fundação Oswaldo Cruz, **Nita Verónica Tundade Lima**, na qualidade de Presidente.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A EVENTOS

Processo: 193. 000.448/2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 33/2017 - Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas - Edital Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Bianca da Silveira Rogério** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação nos The 30th International Conference on Electron Dynamics in Semiconductors, Optoelectronics and Nanotechnology. NOTA DE EMPENHO 2017NE00547, Data: 02/06/2017. Valor: R\$ 4.550,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta reais). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 23/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Bianca da Silveira Rogério**.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atos/olx/diario>, pelo código 00012017062600200

Processo: 193. 000.383/2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 33/2017 - Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas - Edital Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Case de Oliveira Giorgullo Silva** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação nos 30th Gordon Research Conference and Other Carbohydrate-Agglut Enzymes. NOTA DE EMPENHO 2017NE00484, Data: 02/06/2017. Valor: R\$ 9.525,18 (nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 23/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Case de Oliveira Giorgullo Silva**.

Processo: 193. 000.381/2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Francisco das Chagas Roque Machado** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação nos The 30th International Conference for Conservation Biology. NOTA DE EMPENHO 2017NE00041, Data: 31/05/2017. Valor: R\$ 9.600,00 (nove mil, seiscentos e cinquenta reais). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 23/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Francisco das Chagas Roque Machado**.

Processo: 193. 000.379/2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 36/2017 - Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas - Edital Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Lúcia de Medeiros Taveira** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação nos The 30th World Congress of Gerontology and Geriatrics. NOTA DE EMPENHO 2017NE00486, Data: 02/06/2017. Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 22/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Lúcia de Medeiros Taveira**.

Processo: 193. 000.444/2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 36/2017 - Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas - Edital Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Marília dos Santos Bezerra** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação nos The 30th International Conference of Psychology. NOTA DE EMPENHO 2017NE00495, Data: 31/05/2017. Valor: R\$ 8.279,30 (oito mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 23/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Marília dos Santos Bezerra**.

Processo: 193. 000.376/2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 33/2017 - Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas - Edital Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Patrícia Azevedo Garcia** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação nos The 30th IAGG World Congress of Gerontology and Geriatrics. NOTA DE EMPENHO 2017NE00496, Data: 31/05/2017. Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 23/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Patrícia Azevedo Garcia**.

Processo: 193. 000.429 /2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 33/2017 - Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas - Edital Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Pedro Manduagá Ribeiro** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação nos The 30th International Conference of Latin American. NOTA DE EMPENHO 2017NE00040, Data: 02/06/2017. Valor: R\$ 9.525,00 (nove mil, novecentos e vinte e cinco reais). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 23/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Pedro Manduagá Ribeiro**.

Processo: 193. 000.256/2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 22/2017 - Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas - Edital Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Piero Luis Zanetti Elyben** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação na Visita Técnica ao Laboratório de estudos e de pesquisas sobre as Lógicas Computacionais da Física na Université Paris 8. NOTA DE EMPENHO 2017NE00522, Data: 26/05/2017. Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil, novecentos e zero reais e zero centavos). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 23/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Piero Luis Zanetti Elyben**.

Processo: 193. 000.387/2017. Espécie: Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro Nº 33/2017 - Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas - Edital Nº 01/2017 - FAPDF. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, **Qu Yunyan** como PESQUISADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação nos The 30th International Conference on Electron Dynamics in Semiconductors, Optoelectronics and Nanotechnology. NOTA DE EMPENHO 2017NE00547, Data: 02/06/2017. Valor: R\$ 9.510,00 (nove mil, quinhentos e dez reais). Programa de trabalho: 19.573.6207.4090.5974, Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20, VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura, DATA DA ASSINATURA: 23/06/2017; SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: **EDSON CEZAR MELLO JUNIOR**, Diretor Presidente - Respondendo, como PESQUISADOR: **Qu Yunyan**.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

